



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 23

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 1955

SENADO FEDERAL

ATA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 1955.

RESIDENCIA DOS SRS.: NEREU RAMOS E GOMES DE OLIVEIRA.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS COMPARECEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Sebastião Archer. — Victorino Freire. — Mathias Olympio. — Leonidas Melo. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Dinarte Mariz. — Ruy Carneiro. — João Arruda. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Sales. — Novaes Filho. — Jarbas Maranhão. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Maynard Gomes. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenber. — Atilio Vivacqua. — Ari Viana. — Sá Tinoco. — Paulo Fernandes. — Tarcisio Miranda. — Guilherme Malaquias. — Caiado de Castro. — Gilberto Maranhão. — Benedito Valadares. — Lúcio Bittencourt. — Cesar Vergueiro. — Lino de Matos. — Moura Andrade. — Domingos Velasco. — Colmbra Bueno. — Pedro Ludovico. — Sílvio Curvo. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Othon Mäder. — Gomes de Oliveira. — Nereu Ramos. — Saulo Ramos. — Alberto Praqualini. — Daniel Krieger. (54).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 54 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETARIO.

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da reunião preparatória de 2 deste mês, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETARIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofício sob n.º 194, do Sr. Prefeito do Distrito Federal, encaminhando cópia de lei municipal promulgada,

em face da resolução do Senado sobre o veto ao Projeto de Lei n.º 799, de 1952, da Câmara dos Vereadores.

Acuse-se o recebimento e arquivase.

Tribunal Regional Eleitoral
Estado da Paraíba
Diploma de Senador

Titular: Argemiro de Figueiredo
Data da Eleição: 3 de outubro de 1954
O Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba, declara eleito Senador, nas eleições realizadas a 3 de outubro do corrente ano, o cidadão Argemiro de Figueiredo, votado na legenda da União Democrática Nacional, conforme apuração geral e proclamação dos eleitos verificadas em sessão de 14 de dezembro de 1954, de cuja ata consta que o total dos votos apurados subiu a quatrocentos e noventa e três mil duzentos e setenta e quatro, assim discriminados:

| | |
|---|---------|
| Partido Social Progressista: | |
| João Cavalcanti de Arruda . . . | 110.020 |
| União Democrática Nacional: | |
| Argemiro de Figueiredo . . . | 109.416 |
| Partido Social Democrático: | |
| Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo . . . | 103.713 |
| Partido Libertador: | |
| Virgínio Veloso Borges . . . | 101.371 |
| Partido Trabalhista Brasileiro: | |
| Hermano Alfredo Neto de Sá . . . | 9.193 |
| Partido Social Trabalhista: | |
| José Demétrio de Albuquerque e Silva | 475 |
| | 434.668 |
| Votos em branco | 57.616 |
| Total | 493.274 |

Cumprida a exigência do art. 181, § 3.º da Constituição Federal, e o disposto no art. 118, parágrafo único, letra a da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, é expedido, para todos os efeitos legais, o presente diploma.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 18 de dezembro de 1954 — Antônio Gabrielino, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Com a palavra o nobre Senador Guilherme Malaquias, primeiro orador inscrito.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, dizem os opositores do meu Partido que a elevação do salário dos trabalhadores e, principal-

mente, a fixação do salário mínimo, têm sido as causas determinantes da alta do custo de vida, sobretudo dos alimentos essenciais à vida do homem, entretanto, como já tivemos oportunidade de comentar nesta Casa, a interpretação a esse respeito deve ser diferente.

O aumento incessante do custo de vida, a elevação quase em espiral do preço dos alimentos e das utilidades imprescindíveis à vida do homem incerto, obrigam os assalariados a, prementemente, pleitear a elevação de seus salários.

Logo após o início do presente Governo, o General Pantaleão Pessoa, Presidente da COFAP, declarou que o movimento iniciado nas classes trabalhadoras, no sentido do congelamento dos preços tomou vulto em todo o país. Voltaram as alegações tão simples e tão conhecidas de todos nós, de que a lei da oferta e da procura deve presidir a todo comércio; a livre concorrência diminuiria o custo da vida, sem levar o Governo a intervir com tabelamentos ou congelamentos de preços; entretanto, como julgar com os termos de uma igualdade — lei da oferta e da procura — se a oferta é muito menor que a procura, se, em certos casos, os ofertantes formam trustes para impor preço à mercadoria que só eles detêm. Que temos visto ultimamente?

A continua alta dos preços das utilidades faz com que o custo da vida suba de maneira alarmante; e obrigará, dentro em breve, os trabalhadores — no momento satisfeitos com o salário mínimo fixado — a novamente pleitearem do Governo o seu reajustamento.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS

— Com todo o prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Já se cogita de rebaixar o salário mínimo em algumas zonas do país. Quando V. Ex.ª apreciar o fenômeno do custo de vida, não perca de vista o que se passa no Brasil com referência à exploração dos trustes estrangeiros. Veja bem a situação do café em face do que ocorre com a American Coffee, truste que o exploradora e lhe impõe preços, do mesmo modo, o que ocorre com o algodão, em que a firma Anderson and Clayton determina os preços, reduzindo a miséria os lavradores. Tudo isso ocorrerá para criar situação de desequilíbrio, de instabilidade e pauperismo em nosso país. Enquanto não tivermos um governo corajoso, que reaja contra essa forma de exploração tentacular, pode V. Ex.ª estar certo de que nada se conseguirá e seremos sempre um povo miserável.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — O salário mínimo é uma necessidade que se impõe na atualidade brasileira.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Muito obrigado pelos apartes com que me honraram VV. Exas., que elucidam e dão brilho invulgar à dissertação que estou fazendo, ao iniciar esta nova jornada legislativa.

Sr. Presidente, se fala em diminuição do salário mínimo, quando as classes estão sendo obrigadas a pleitear sua elevação.

Quando da aprovação dos salários mínimos, quando o trabalhador especializado teve por assim dizer sua remuneração diminuída em face do aumento do salário mínimo, os trabalhadores intelectuais, aqueles de nível universitário, foram obrigados a empreender uma campanha de larga convergadura, mostrando-nos a necessidade em que se decaíam e a vida de misérias que eram obrigados a viver.

Sr. Presidente, interessante fato ocorreu nos primeiros dias de fevereiro. "O Globo", que evidentemente, não faz oposição ao governo, antes, mantém linha, pode-se dizer, de apoio à orientação política e financeira do Executivo, no dia 2, citando a alteração do sistema cambial para a importação de derivados de petróleo, publicou editorial muito sugestivo em sua primeira página; e termina-o dizendo que o Sr. Ministro da Fazenda declarara que, apesar da elevação do custo da gasolina em face do novo sistema cambial a ser posto em execução, em hipótese alguma haveria elevação do transporte nem majoração do custo da vida; e conclui com um apelo ao Governo, a fim de que outros órgãos do Executivo, que não o Ministério da Fazenda, não venham desdizer a declaração do titular da Fazenda; e acrescenta: seria de lamentar que os próprios órgãos do Governo se contradissem, afirmando que a alteração dos preços dos transportes provocará o aumento do custo da vida. Parece-me, Sr. Presidente, que "O Globo" tem razão.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Quais as declarações do Sr. Ministro da Fazenda, relativamente a esse aspecto de nossa vida?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS

— Diz "O Globo" (13):

"Custo de Vida

Com a entrada em vigor do novo sistema cambial para a importação de derivados de petróleo, está previsto o aumento sensível dos respectivos preços de venda ao consumidor. Embora menos ponderável na-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Capital e Interior

| | | | |
|----------------|------------|----------------|------------|
| Semestre | Cr\$ 50,00 | Semestre | Cr\$ 39,00 |
| Ano | Cr\$ 96,00 | Ano | Cr\$ 76,00 |

Exterior

Exterior

| | | | |
|-----------|-------------|-----------|-------------|
| Ano | Cr\$ 136,00 | Ano | Cr\$ 108,00 |
|-----------|-------------|-----------|-------------|

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista de comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do Escrevente do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, p.c. exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Cr\$ 5,400? Ora, não será possível. Naturalmente, o transporte aumentará um cruzeiro nas passagens, e teremos, aí, um fator de aumento ainda mais, da vida já cara em que se debate a população em nossa terra. Falando em transportes, há outros aspectos interessantes, a prevalecer o referido aumento, como por exemplo, o da elevação do custo da borracha e, conseqüentemente, dos pneumáticos.

Realmente, em fins de novembro do ano passado, o truste de pneumáticos, no Brasil, aumentou de 10% o seu preço. É sabido que a cotação de pneumáticos é única em todas as Companhias, que se organizam em trustes e aumentam seus preços quando e quanto querem. Assim, estabeleceram elas um aumento de 10% em novembro, para vigorar em dezembro. Não satisfeitas, em 1.º de janeiro aumentaram 12% sobre os preços já majorados em 10%. Houve assim, elevação de 22% em dois meses, o que não se justifica, porque não ocorreu aumento correspondente na matéria prima. Assim, amanhã, poderão os pneumáticos sofrer novo aumento, de 30 ou 40%, a livre arbítrio das companhias. As duas fontes principais de transporte — combustível e pneumáticos — foram elevadas, a última em 22% que estão quase paralizadas. Não sabemos em quanto, pode ser em 40 ou 60%.

Vemos que os transportes irão pleitear aumento, o que será justo, em conseqüência do preço dos pneumáticos já majorado em 22% e o da gasolina em 50%. Declara ainda "O Globo" que se o aumento de transporte fôsse de 8%, provocaria a elevação de 1% em todo o custo de vida. Estamos vendo que no setor de vida tão eficientemente sobre seus transportes a gasolina e demais combustíveis sofreram aumento apreciação. Mas não pararam aí as elevações autorizadas pelo Governo, desde o início do corrente ano. A COFAP

autorizou a elevação de preço dos resíduos do trigo com que são alimentados os suínos, e as aves do Distrito Federal e do Estado do Rio, de 12 e 14% para 29%, portanto, mais de 100%. A isto foi obrigada pelos trustes e moageiros, que impõem preços e condições.

O pequeno lavrador, o pequeno agricultor, e pequeno pecuarista, não podem manter os mesmos preços nas criações de porcos, galinhas e aves porque sua alimentação sofreu majoração acima de 100%.

Sr. Presidente, estamos vendo que continua a elevação do custo da vida, apesar de os órgãos oficiais terem declarado que a congelação, na época, era problema ultrapassado, e que o custo de vida iria cair.

O Sindicato dos Barbeiros vai pleitear novo aumento nos preços da barba e do cabelo, e mais do que isso, — o que é de estarrecer — a suspensão de toda a fiscalização nas barbearias.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite-me V. Ex.ª mais um aparte? (Assentimento do orador) — Esta é uma terra de economistas à base Gudin, que não conhecem, ou parecem não conhecer a ganância; não sabem, sequer, que já na colônia, a fase portanto em que dominavam os espanhóis e portugueses, era mister medida que acautelasse e defendesse o custo da vida contra os trustes dos tubarões. Só um Ministro da Fazenda como o nosso, seria capaz de declarar coisas dessa natureza.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Obrigado a V. Ex.ª pelos apertes que têm sido muito elucidativos à pequena dissertação que estou fazendo.

Sr. Presidente, nas barbearias não há mercadoria, portanto, não se pode dizer que as matérias primas subiram de preço nem que houve aumento do custo de vida. O salário mínimo não foi aumentado depois que houve o reajustamento de preços. Como podem pretender aumento e

que seja suspensa a fiscalização, exercida tão eficientemente sobre seus estabelecimentos comerciais?

Sr. Presidente, ouvi hoje pelo rádio que tinha sido pleiteada na COFAP — que ela iria autorizar na próxima semana — a majoração dos preços das tinturarias de 50% nas tabelas em vigor. Os aumentos têm sido de 50 e 100%. Se o Governo não tomar as devidas medidas — não precisa ser economista, como não entra a pretensão de ser, mas entra pelos olhos — medidas que permitam o desafogo de todos os trustes nacionais e principalmente estrangeiros, medidas que tomam todos os países — o congelamento dos preços — não sabemos onde iremos parar com a carestia. Possivelmente, surgirão novos reajustamentos de salários, novos aumentos de preços, e cairemos, então, num círculo vicioso, fazendo baixar o cruzeiro e o seu valor aquisitivo, nacional e internacional.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Pior ainda: Há miséria nas indústrias, que estão quase paralizadas. Não há incentivo ao desenvolvimento industrial do Brasil; há uma conspiração contra o bem estar do povo brasileiro. Não se quer o desenvolvimento do Brasil; deseja-se que passemos a ser uma colônia dos Estados Unidos da América do Norte. Importemos tudo e nada exportemos. Há uma tremenda guerra contra a exportação.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — V. Ex.ª está com a razão, pois conhece o problema como poucos. Realmente, parece-me que há uma trama internacional a fim de dificultar cada vez mais a nossa situação econômica e financeira, a fim de nos levar a um ponto de miséria onde teremos que nos sujeitar ao que eles quiserem e impuserem, para podermos sobreviver. Essa luta tem começado a aparecer em todos os setores da nossa vida interna.

Sr. Presidente, por que o argumento de que o congelamento dos preços obriga o preço máximo? Não. Se quiserem fazer a livre concorrência, abaixo do preço fixado, ninguém vai proibir. A mercadoria tabelada a 50 ou 60 cruzeiros pode ser vendida a 20, 30 ou 40 cruzeiros. O que não é razoável é deixar o povo a mercê da ganância dos exploradores. Esta situação não pode continuar.

Faço, portanto, da tribuna, ao iniciar-se a nova sessão legislativa, apelo ao Governo — como o fiz no ano passado — no sentido de que, em benefício dos trabalhadores, de todos os assalariados, enfim, da economia do Brasil e, talvez, do nosso futuro, pelo menos até o fim do exercício, determine um congelamento máximo de preços.

Só assim o país conseguirá um pouco de estabilidade; as classes conservadoras — comércio e indústria — terão base segura para transações e o povo logrará sobreviver sem ser obrigado a movimentos constantes, tachados de extremistas por aqueles que desejam vê-lo em situação de miséria.

Sr. Presidente, reitero meu apelo, crendo na sinceridade e na boa fé do Governo. Espero, outrossim, tome o Executivo providências no sentido de estancar a nova onda altista que se inicia no corrente ano com aumentos de cinquenta e cem por cento em artigos essenciais à vida do homem. (Muito bem; Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Guilherme Malaquias, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

Achando-se na Casa o Sr. Argemiro de Figueiredo, Senador diplomado pelo Estado da Paraíba, designo os nobres Senadores Apolônio Sales, Lúcio Bittencourt e Ruy Carneiro para, em comissão, introduzirem S. Ex.ª no recinto.

ra o óleo combustível, a majoração será da ordem de 100%, aproximadamente, para a gasolina. Quando anunciou a nova orientação cambial, o ministro da Fazenda não só ponderou tratar-se de providência imperativa, como sustentou que a mesma não teria efeitos maiores no custo dos transportes no país. Os argumentos do Sr. Gudin foram, sem dúvida, bem convincentes. No entanto, não nos devemos iludir a respeito. A pressão altista do maior preço dos combustíveis se fará presente sem demora. Convém, portanto, que os órgãos federais chamados a falar sobre o assunto cuidem, desde logo, de se inteirar das razões invocadas pelo ministro da Fazenda. De fato, seria chocante que o Governo, depois de ter dito pela palavra do Sr. Gudin que os reflexos da sua decisão seriam mínimos no campo dos transportes, viesse agora, pela ação deste ou daquele órgão, a contrariar a tese, autorizando majorações de tarifas capazes de influir pesadamente no custo de vida. Um dos aspectos negativos da nossa administração é a permanente contradição em que se debatem os seus vários setores. Trata-se de um vício do qual ainda não nos libertamos e muito tememos não nos libertaremos tão cedo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte? O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Com todo o prazer. O que existe, realmente, é a pressão baixista no exterior e a altista no interior.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Esse é o ponto principal. Os trustes importadores e exportadores provocam a baixa e eles mesmos determinam a alta.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Há duas operações, dentro do país, feitas pela American Coffee, com o objetivo de forçar política econômica de um governo suspeitosamente favorável aos seus interesses, o que nos levará, possivelmente, à derrocada da Petrobrás. Por trás de todas essas operações, meu nobre colega, visase a este desideratum.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — É o aspecto crucial.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª sabe que esses trustes operam no Brasil de modo tão acentuado que muitos se escamujam do pagamento do imposto sobre a Renda, fazendo contabilidade criminosa contra os interesses nacionais, a respeito da qual não se toma nenhuma providência.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Perfeitamente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É de tal vulto a ação desses trustes, que gastam em publicidade no Brasil cerca de quinhentos milhões de cruzeiros anuais!

O Sr. Domingos Velasco — Seiscentos milhões.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Para propaganda de venda de gasolina e querosene.

É contra o que nós os nacionalistas, os tupiniquins, bradamos; é contra tal ação criminosa, contra tal ordem de coisas que aqui estaremos sempre alertando a Nação.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Sr. Presidente, parece que o povo estava prevendo o que ia acontecer, pois o mesmo jornal, em edição de 5 do corrente, disse que o Conselho Nacional do Petróleo, em face da alteração da política cambial, iria autorizar o aumento do preço da gasolina para 5,00.

Podé ser que a cifra seja maior do que Cr\$ 5,00 mas, nessa base, provocaria aumento de 8% nas passagens dos transportes. Perguntaria: como pode haver aumento de somente 8% nas passagens dos transportes quando o pagamento será, então, transformado em fração de cruzeiros? O ônibus a Cr\$ 4,320 e o lotação a

E' introduzido no recinto, presta compromisso e toma assento na bancada o Sr. Argemiro de Figueiredo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE

Continua o expediente. Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fernandes, segundo orador inscrito.

O SR. PAULO FERNANDES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores. A mocidade brasileira, através da palavra de seus líderes universitários, esteve sempre presente nos momentos decisivos da nacionalidade.

Na expansão sincera, altruística e cívica dos seus sentimentos, nada mais têm feito os estudantes do Brasil que refletir os anseios e as aspirações do próprio povo brasileiro.

Ainda agora, quando espíritos mal avisados presagiam e chegam mesmo a pregar a subversão das instituições nacionais, a mocidade estudantil de nossa terra vem, mais uma vez, lançar seu brado de alerta e de protesto.

Após algumas manifestações de órgãos estudantis das diversas unidades federadas, a União Nacional dos Estudantes — cúpula da organização universitária brasileira — divulgou patriótico manifesto de alertamento às classes dirigentes do país, que nesta oportunidade ou me permito ler, para que conste do Anais da Casa.

O texto do manifesto aprovado pelo Conselho Nacional da União Nacional dos Estudantes, é o seguinte:

“Os signatários deste manifesto representam das Unões Estudantis dos Estudantes, reunidos em Conselho Nacional e expressando a opinião universitária brasileira, apreciando os acontecimentos mais recentes que acentuam o estado de efervescência da vida política brasileira, assumem nesta contingência perante o povo e a Classe o propósito irrecorrível de fixar a posição dos órgãos estudantis que representam, no sentido de assegurar o cumprimento do princípio constitucional e democrático da autonomia partidária e da realização de eleições livres.

Entendem os estudantes que a preparação psicológica que se desenvolve, com o objetivo ostensivamente indistigável de suprimir as garantias consagradas na Constituição, reconstitua a prática dos mesmos processos universalmente empregados nos países submetidos ao domínio colonialista. Levanta-se o imperativo de preservação da ordem democrática, mas ressurge o princípio de liberdade que é a sua essência fundadora; fala-se em pluralidade partidária, mas pretendem subordinar a decisão dos partidos à tutela dos chefes militares; apregoam eleições livres, mas insistem no expediente totalitário da “candidatura única”, condicionando agressivamente à depuração prévia de um dos candidatos já lançados a sorte do regime. E sob a alegação primária de que o país não comporta uma sucessão normal, como se a agitação dos problemas e o decaimento das idéias não fossem uma característica democrática de toda campanha eleitoral, vem o próprio Chefe da Nação, com seu recurso proferido na noite de 27, inquietar o país e intranquilizar as forças políticas, alardeando graves ameaças às instituições.

Qual a justificativa do golpe notoriamente já em evolução alarmante e escancarada? Temos uma Constituição que sugere soluções perfeitamente viáveis para as questões mais elementares da vida nacional; temos um Parlamento

funcionando dentro das condições que as nossas deficiências permitem, mas cujo julgamento depende unicamente do pronunciamento das urnas, para o qual o povo é convocado periodicamente; temos ainda, sob o regime constitucional, alcançado realizações de importância e vulto, que atestam a capacidade do esforço nacional na exploração do petróleo, que evitará o escoamento de nossas divisas valorizando o trabalho do homem brasileiro e obrigará o investimento de seus lucros em proveito da elevação do nível de vida do povo.

Ora o mal da Constituição, se ela não impede a industrialização do país, não compromete a sua soberania no exterior nem concorre para frustrar o progresso social da nação? Onde a inconveniência do sistema representativo se é garante ao povo o exercício de suas liberdades (direito de reunião, de greve, de associação) e não impede nenhuma coação à divergência de opiniões que se acobertam, democraticamente, sob a bandeira dos partidos, cuja existência franca a Carta Magna prevê e estabelece?

Se as instituições não atuam na base das prerrogativas constitucionais, não serão o povo, nem o país, nem a Democracia que hão de pagar pelos seus defeitos perfeitamente sanáveis, nem a ditadura representa nenhuma medida de salvação do regime. Será ao contrário, a sua falência, o seu descrédito, a sua negação total e definitiva.

Com esta manobra os estudantes não podem concordar. Contra ela os estudantes se insurgem, protestam e lutam. Sob a bandeira da resistência à ditadura, a mocidade verdadeira fundou a gloriosa União Nacional dos Estudantes. Em defesa da Democracia, os estudantes empregaram o melhor de sua contribuição em esforço de guerra contra o nazismo e na composição do contingente humano que integrou a Força Expedicionária Brasileira. Para que a liberdade rompesse, entre nós, os extremos resíduos do totalitarismo. Demócrito de Sousa foi trucidado nas ruas de Recife, em meio às emoções públicas que exultavam ante o espectro do fascismo derrubado e vencido no mundo.

Parcela representativa da consciência democrática e esclarecida do povo brasileiro, em cujos ombros recairão amanhã as responsabilidades supremas de defesa do patrimônio moral e material do Brasil e da manutenção dos princípios de liberdade que evocam a nossa tradição cultural, histórica e política, entendemos que só a Democracia respeitada e acatada em toda a sua plenitude, conjurando a existência do temor em face da violência e repelindo as decisões unilaterais tendentes a ameaçar e enfraquecer a sua estabilidade, será capaz de garantir ao povo uma etapa de progresso de paz e de tranquilidade.

São estas as resoluções de luta e resistência que a gloriosa classe universitária brasileira, insprada nos exemplos de Jamé da Silva Teles e Demócrito de Sousa Filho, submete à meditação das Forças Armadas, dos partidos, dos intelectuais e do povo, para que a Pátria não seja reconduzida aos domínios da ditadura da tirania e do fascismo”.

Sr. Presidente este o manifesto que contém as resoluções de luta e resistência dos estudantes brasileiros.

Era meu propósito, nesta sessão, limitar-me apenas à sua leitura, uma vez que a simples leitura do texto bas-

taria para justificar minha presença na tribuna.

Ocorre, entretanto, que, ao chegar a esta Casa, fui procurado por uma comissão de universitários, os quais me pediram lavrasse, ainda hoje, um protesto pela suspensão, feita nos últimos momentos do festival que os estudantes organizavam para São Paulo, em comemoração ao seu IV Centenário.

Declaram eles que, como anfitriões, se sentem em situação de verdadeiro vexame e humilhação, porquanto suas autoridades consulares, soberano o Governo brasileiro, através das da realização desse festival da mocidade sul-americana e havia posto visto nos passaportes das diversas delegações que pretendiam vir ao Brasil. No momento, aqui já se encontram a representação do Uruguai, a do Paraguai, da Bolívia, da Argentina e de alguns outros países constituindo contingente de universitários cujo número ascende a mais de três centenas. Não obstante, ao chegarem à nossa terra, foram surpreendidos, — tanto os visitantes como os organizadores do festival da mocidade, — com a proibição da realização do certame de que visa, segundo elementos que me foram fornecidos, apenas o intercâmbio desportivo e cultural da mocidade da América, através de iniciativas e representações diversas no teatro, no folclore, no cinema, no esporte, na música e na arte popular.

Para a suspensão desta festividade alegou-se que a reunião tinha apenas propósitos extremistas; que havia sido organizada sob inspiração comunista, como se fora possível dividir a arte, o esporte e o folclore em correntes ideológicas.

Sr. Presidente, embora aturdidos os promotores da iniciativa — que, para a atitude das nossas autoridades, não encontram explicação — eu me permito interpretá-la.

Vejo que havendo permitido a realização do festival até o dia 5 do corrente mês, quando deveria ter-se iniciado no dia 6, somente na véspera é que as autoridades da República, em entendimento com a Secretaria de Segurança de São Paulo, resolveram proibi-lo.

E' uma coincidência, Sr. Presidente, que me permito interpretar.

As autoridades que representam o pensamento dos homens que detêm eventualmente o poder em nossa terra, somente se fizeram sentir através de uma medida humilhante e vexatória — que atinge toda a classe universitária brasileira — depois que esses homens, com independência e ativez, elevaram sua voz condenando publicamente e alertando a Nação contra o golpe que se fazia iminente.

Esta é a interpretação que dou, Senhor Presidente, com a minha responsabilidade pessoal, ao mesmo tempo desejando fazer um apelo às autoridades de São Paulo, ao seu ilustre Governador — no sentido de que S. Ex.ª reconsidere a medida adotada pelo seu Secretário de Segurança e não permita que os universitários brasileiros, anfitriões desta grande festividade de cordialidade sul-americana, se vejam situados no vexame e na humilhação de terem de se despedir com amargor de seus colegas da América do Sul, por não conseguirem com eles trocar idéias, debater temas esportivos, para que tomassem conhecimento do seu folclore, vissem e apreciasssem sua pintura e arquitetura.

Este o apelo que deixo nesta Casa, dirigido às autoridades paulistas, na certeza de que os homens responsáveis pelos destinos da terra bandeirante hão de reconsiderar essa decisão, em má hora adotada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Não há outros oradores inscritos. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, nem matéria para deliberação do Senado, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte ordem do dia:

“Organização de Comissões”. Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 15 horas e 15 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND NA SESSÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 1954.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

— Sou o primeiro a reconhecer, senhor Presidente, que o atual corpo administrativo da União não tem aqueles métodos que Loucheur chamava “a política do açúcar”. Porque alguns de seus remédios são particularmente ácidos, a sua política popoderíamos antes chamá-la até certo ponto do vinagre. Até aqui, graças ao emprego do papel-moeda, em larga escala, Parlamento e Executivo procuram dar a uma parte das populações citadinas razões sofríveis de viver caro, é certo; mas a verdade é que se trata de viver melhor que nos Estados sub-administrados, como o que temos, se lhes poderá proporcionar.

Hoje, estamos naquele período que Waldeck Rousseau definiu numa frase conhecida: há, para um povo razões de viver superiores às razões de viver bem. Encontramo-nos nessa fase. O Brasil, que não pode mais sustentar o padrão de vida, que já concedeu a algumas classes, está na obrigação, agora, de encontrar, pelo menos, razões pouco sofríveis de viver para todos.

Não se trata de saber mais se nos seria permitido viver a existência despreocupada que temos atravessado até aqui. É com a ação de presença de elementos novos que cumpre contar. Há por aí ainda fome de algumas coisas agradáveis, apetite de inúmeros produtos estrangeiros, inclusive Cadillacs e automóveis de outras marcas, “champagn” e “foiegas”. O que importa saber é se resta combustível para nutrir as caldeiras dispendiosas da importação de tanto supérfluo, de tanto suntuário, que, por conta do esquema dos leilões e das parcelas gordas dos agios, têm os governos permitido entrar no país.

Uma estatística, leantada no Rio, dava, este ano as entradas de quantidades maciças de produtos fabricados e semi-fabricados, que passaram pela Alfândega, via sobretudo Japão, Alemanha etc., somando 35 milhões de dólares até hoje.

Se o homem ficar sempre o animal político de Platão, e o único animal que compreende, a ordem, e que tem dela necessidade, a resistência do atual governo contra o estado de promiscuidade dos negócios públicos significa uma bela reação platônica. Quando emprego aqui o adjetivo platônico, uso-o no sentido filosófico, e não na linha da sua deformação.

Todos estamos persuadidos de que a reabilitação do país não pode acontecer senão em função de dois fatores fundamentais: a) uma política financeira anti-inflacionária, o que implica, de si mesma, orçamentos equilibrados, trem de vida regado dos cidadãos; b) um processo de desintoxicação do povo brasileiro dos venenos do nacionalismo e da propaganda soviética, de modo a se entrosar o país dentro de um sistema internacional de cooperação. Administração e Congresso deverão ser os instrumentos de execução, os mais esforçados possíveis, desse programa. Quan-

do digo de execução, ponho esta palavra em termos de combatividade.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não apoiado. O nosso nacionalismo é orgânicamente brasileiro. Nada tem de origem soviética.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Uma política orçamentária estável exige sacrifícios de um lado e do outro. Não é suficiente carregar nos impostos. Não basta pedir ao consumidor e à renda maiores ônus. Deficit é um dente que não se extrai sem dor. Quem mais poderá, na administração federal, pensar em termos de equilíbrio, entre receita e despesa, do que o Executivo, que é quem lida com o orçamento, de modo direto? Com a facilidade e a irresponsabilidade das emissões, perdeu-se, entre nós, a consciência justa das despesas. É tão fácil aumentar dois, três, quatro, cinco bilhões, e depois, ir à Casa da Moeda, e dali sacar os papéis pintados na Inglaterra e nos Estados Unidos, que pagarão os desajustes oficiais e que liquidarão os atos de incoerência do sufrágio universal.

O governo está deslocando a iniciativa que deve tomar para a contração do deficit, de um ponto, o qual é indispensável ter-lho, para fixá-lo em outro, que não pode mais suportar o encargo total, como se pretenda, da situação. Há que fazer pressão também nestes três setores: materiais, funcionalismo dispensável e despesas de autarquias. Urge fazer ver a vários Ministérios, que não é possível continuar-se emitindo para manter serviços que o tesouro não tem como nem com que pagá-los. Que só não nomeando mais gente, para aproveitar a que já existe, encailhada e vadia, nas repartições públicas, se pode economizar alguma coisa, pelo menos como testemunho de sobriedade do Estado, na satisfação dos apetites do elitismo e do afilhadismo. E, por último, é o caso de interrogar: como se a possível continuar a sustentar autarquias como as das estradas de ferro cujo deficit em globo este ano, ultrapassa da casa dos quatro bilhões e 600 milhões?

Senhor insistido com o governo, que tem fortes razões militares, para que ele princípio, nos quadros das classes armadas, as medidas de saneamento que reclama o serviço público. Se os militares derem o exemplo, a tarefa será facilitada. Uma lição partida do funcionalismo militar há de ser águia na ferveria. Há brigadeiros generais e mesmo almirantes em excesso nos quadros das forças armadas. Diziam um ministro da Aeronáutica que só no quadro dos brigadeiros eram tantos os oficiais que não tinha comissões para todos.

O Sr. Othon Mader — Também marechais.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Também marechais. Nosso exército já os tem em número superior até ao de grandes países, que não os têm, ou que, como vastos exército, aváros se resistiram a distribuição desses postos. Mas sabem os Estados latino-americanos como se tornam ridículos, barateando um posto da hierarquia militar, que só no campo de batalha os grandes Estados Maiores das grandes organizações das forças de terra admitem a conquista do bastão que lhe é equivalente.

Vem o governo bater as portas do Congresso e pedir a elevação dos encargos tributários. Que fez, porém, até agora o Executivo, no sentido de elaborar planos de cortes nos encargos públicos? A lei das finanças não continua em vigor? As aposentadorias de funcionários hiper-válidos, com vencimentos espantosos, não estão de pé, e na ordem do dia? A cadência das despesas é a mesma, malgrado as excelentes intenções do ministro da Fazenda e sua conhecida inclinação ao corte do suntuário e do superfluo.

Ele é, porém, uma andorinha, e esse pássaro sózinho não faz verão.

Será possível desconhecer que o maior fator da instabilidade brasileira é a inflação? Toda a gente se queixa de que os preços sobem, e, portanto, os seus orçamentos privados estouram. Mas, como não podem deixar de subir os preços, se o meio circular se dilata, pelo abuso dos fluxos emissionistas, que faz o governo? Onde se multiplicam os meios de pagamento, aos bilhões, mensalmente, como os índices do custo de vida não se verão alterados?

As cifras são de atordoar nesse sentido.

Faremos em 53. Fixe-se em 100 o meio circulante em 1945. Em 1950, isto é, 5 anos depois, já ele era de 627,9. Isto num quinquênio. Em 1953, se tinha elevado a 945,7. Hoje ultrapassa de 1.000.

São maratonas inflacionárias inéditas na vida da nação, ou de muito poucas nações do mundo.

Sem saneamento monetário, é mais que sabido, não há orçamentos toleráveis. Porque a pressão inflacionista compromete automaticamente a ordem financeira.

Vive-se, dentro do Brasil, no quotidiano da depreciação monetária, o que vejam, pode-se dizer, a manipulação, em clima de saúde moral, dos capitais produtivos. Nos países disciplinados, a moeda é um refúgio. Aqui, todo mundo foge diante dela, não há quem queira guardá-la, porque a "economia", isto é a "epargne" se avilta togo o dia. O Estado não tem probidade; e porque não tem probidade, lhe some o crédito.

Aqui está "Uma aproximação do Dinheiro e do Banco", de Dandy. Que diz Dandy? Apenas isto: onde se economizam as despesas públicas, se baixa a maré crescente do numerário. Valoriza-se o dinheiro; disciplina-se o custo da vida.

Nós mesmos, aqui no Parlamento, que estamos fazendo todo o dia sendo incentivando a prodigalidade do Executivo a tendência à dissipação das clientelas partidárias? Não só não se fiscalizam as rotas da execução orçamentária como, na votação, o Congresso abre mão de toda a vontade de lutar para que o tesouro não disperse a tal ponto o produto dos impostos, que as emissões de papel-moeda acabem a todos se impondo como a única saída dos deficits.

O gigantismo monetário ali está refletido. Senhor presidente, em um orçamento que parte num quinquênio, 1950, da cifra de 22 bilhões e 296 milhões para 51 bilhões e 572 milhões, que é a proposta da despesa para o exercício de 1955.

Estamos, esta é a verdade, em presença de um governo, que, ao contrário do que o antecedeu, anda apoiado por um forte poder militar. Conhecemos de sobra a ação do presidente Café Filho, nesta Casa, para imaginar que ele possa ter tido, por si só, a iniciativa das pequenas providências drásticas já tomadas pelo seu governo, na órbita militar e civil, para restituir um certo nível de dignidade à administração federal.

Se o governo está assim militarmente forte, é o caso de aproveitar a força de que desfruta, para resolver um problema capital da máquina burocrática da União, e que é a sua mesma desburocratização.

Não há de ser com o velho e surrado binômio, dos aumentos dos impostos e das emissões de papel-moeda, que se poderão tirar as finanças da União do lamaçal em que elas se encontram atoladas. Cumpre atacar o mal em sua estrutura básica, a qual consiste num padrão de despesas suntuárias, impossíveis de serem mantidas, por parte do poder público, ao lado de um desdém inconsciente pela nossa medíocre condição de país subdesenvolvido.

É apenas analgésica a apatia de quase todos os agentes do poder pú-

blico pela desvalorização galopante do dinheiro. Como se poderá acautelar o poder aquisitivo do cruzeiro da constante ação corrosiva desse mesmo poder? Economizando, nas despesas do Estado e dos cidadãos, e incentivando as forças produtivas? O poder público tem medo de cortar despesas, de diminuir os gastos governamentais, como fez o Sr. Winston Churchill na Inglaterra, para sanear as finanças do Reino Unido e, ao mesmo tempo, escasseia-lhe imaginação — imaginação ou prestígio político — para criar riquezas. Sem poupança, nem novas atividades industriais e agrárias de porte, a anemia toma conta do organismo nacional.

Pelo Estudo Económico da América Latina, empreendido pela Organização das Nações Unidas, fica patenteado que, se tomarmos o ano de 1948, como ponto de referência, o volume físico da produção industrial brasileira caiu em seu processo de expansão. O índice do crescimento dos bens de consumo, entre nós produzidos, oscila de 87,6 a 121,0. Os bens do capital, esses vão de 83,2 a 164,8. Não há nada mais expressivo, para demonstrar que não é com papel-moeda inflacionário que se enriquece uma comunidade.

Insiste em afirmar senhor presidente, que as taxas de desconto, que o governo acaba de fixar, na Carteira do Banco do Brasil que tem a seu cargo esse Instituto, são incompatíveis com as necessidades da indústria, da lavoura e do comércio. Está o governo pretendendo tratar um enfermo, de um mal crônico, com choques violentos, que só têm o efeito de perturbar-lhe ainda mais a economia orgânica.

A grande fonte das emissões são as despesas do governo. Logo, que ele trate de se curar a si mesmo.

Sobre as taxas para desconto de promissórias, não estou longe, com certas restrições, de concordar com o rigor oficial. Aqui se tem abusado demais desse papel, que é, em toda a parte do mundo, o papel normal do crédito. Fale-se nos Estados Unidos, de contas assinadas e o americano se sentirá impotente para identificar um título, esteticamente nacional, brasileiro. Emendando a mão num erro, que já perpetrei nesta tribuna, devo reconhecer que há vários negócios legítimos, neste país em setores básicos do comércio, da agricultura, da pecuária e da indústria, feitos com o apoio de notas promissórias.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Acabo de ingressar no recinto e vejo que V. Ex.ª está tratando do desconto e taxas recém-criadas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Efetivamente observo que o governo está encarniçado contra ele. Mas so está 80% certo.

O Sr. Bernardes Filho — Interrumpo V. Ex.ª para dizer que, realmente atravessamos momento em que é preciso haver certa restrição. Não se pode ir de 8 para 80. Compreendo que o Banco do Brasil, em matéria de descontos, restrinja e até mesmo eleve a taxa para impedir o desconto...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nunca seria um desastre. V. Ex.ª terá de corrigir o efeito lamentável dessa afirmativa. O instituto deve ser disciplinado, concedido de bom grado. Mas que a Carteira estabeleça taxas para suprimir o fora desastroso.

O Sr. Bernardes Filho — ... fazendo com que outros negócios não sejam levados àquele banco para novas inversões...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Depende de que natureza são eles. Não será possível parar o Brasil. A manipulação dos recursos do crédito não se pode alterar, assim, de dia para a noite, em um país que sofre deformações crônicas, em seus mé-

todos de trabalho bancário. Cocaína e morfina são vícios que se corrigem, sem tirá-los de forma inopinada, do organismo "drogado".

O Sr. Bernardes Filho — Permite-me V. Ex.ª continuar: um banco que não tenha recursos para investir e que queira, no momento em que o governo está traçando uma política de restrições, obter meios através do Banco do Brasil e da Carteira de Redescostos, é fora de dúvida que o governo está no direito de dizer que os bancos apliquem, apenas, aquilo de que dispõem. Para esses bancos admito que haja um tal tratamento, mas sou contrário em relação aos estabelecimentos bancários que retiraram dinheiro na Carteira de Redescostos, não para realização de outros negócios, mas para atender à queda do seu volume de transações, para fazer face a dificuldades surgidas com a política de restrição do crédito. A meu ver, não é possível estabelecer o mesmo tratamento para os que vão à Carteira de Redescostos visando a novos negócios e os que a ela recorrem como válvula de segurança para sua estabilidade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Disse bem V. Ex.ª; como válvula de segurança para sua estabilidade. A hora é precisamente de fazer funcionar essas válvulas de segurança. Elas estão sendo estranguladas pelo "golpismo" oficial, no plano do crédito privado.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Em certo sentido estou de acordo com a tese de V. Ex.ª e aceito as explicações dadas pelo Senador Bernardes Filho. Declaro a V. Ex.ª, porém que o perigo não está nessa parte, mas na discriminação que se poderá estabelecer, pois essa discriminação, em vez de curar, poderá agravar nossos males bancários. Para esse ponto é que venço a atenção de V. Ex.ª.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Depois de perto de dois meses de atividade, nos quais o temos visto numa preocupação de moralidade e decência administrativas, a Nação aguardava que o Chefe do Governo da União trouxesse a debate, com a firmeza com que o fez há dois anos, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, o problema da exoração do petróleo no território nacional.

Não se nem se pedem, agora, largas cavalarias ao Executivo. Os precedentes ali estão, levados a cabo por Estados tão ciosos dos seus melindres de soberania quanto o nosso. E o precedente, mais do que no Canadá, na Venezuela, na França e no Peru, se encontra nos agentes aqui da Rússia Soviética. Em 1947, os russos da seção brasileira do Partido Comunista advogavam, na Câmara Federal, que o petróleo fosse entregue à iniciativa privada. Não discriminavam aqueles que deveriam descobrir, extrair, refinar e distribuir o óleo. Nacionais e estrangeiros eram tratados da mesma forma. Uns e outros tinham acesso às operações de sondagem, extração, refino e entrega da mercadoria ao consumidor.

Essa doutrina não foi aplicada entre nós, mas, se o fosse, deveríamos dar a César o que é de César. Foram os deputados soviéticos, na Câmara Brasileira, os mais arrojados e hábeis defensores do petróleo como riqueza internacional. Aqui não faço senão repetir conselhos e advertências do Sr. Maranhela, ex-deputado do Partido Comunista, pela Bahia. Advogo para ele o título de homem de Estado. Sua iniciativa, há sete anos, me permite reconhecer-lhe essa qualidade.

O que hoje se faz na França não passa da aplicação da linha soviética, dos métodos soviéticos inculcados ao Brasil, há sete anos. Na Câmara Federal, como eu já disse aqui, igualmente contei a história do Percival Faruhar, contemplado em 1927 ou 1924, pelo governo da União Soviética,

com uma concessão de petróleo em Baku. O fato dos americanos se haverem desajustado, posteriormente, com os russos, não infirma o caso concreto da concessão, a qual foi regularmente dada por eles a um estrangeiro.

Repeto: a nossa inacreditável política do petróleo não encontra antecedentes sequer na própria Rússia comunista. Se deu o governo soviético uma concessão de petróleo ao Senhor Percival Farquhar, isso mostra que, em determinado período da sua história, o regime bolchevista não se arreou de colocar dentro da área petrolífera do Cáspio, um concessionário norte-americano. A circunstância de Percival Farquhar se haver posteriormente desentendido com os dirigentes eslavos, não quer dizer que o princípio da propriedade privada, isto é, da livre empresa, no ramo do óleo, não houvesse prevalecido na órbita soviética, em determinado período da história do regime bolchevista.

Em França, num jantar que o governo francês me ofereceu quando, depois da guerra, fui em Paris seu hóspede, perguntei a Marcel Cachin, senador pelo Partido Comunista Francês, e um dos convivas mais adoráveis da festa:

— "Qual o ponto-de-vista de V. Ex.^a em relação ao petróleo metropolitano e da União Francesa?"

Cachin não se alterou e respondeu: "Este é um negócio de que se ocupam os americanos aqui, lá pelo lado das Landes".

E foi tudo. E tão certo estava Cachin, o delicioso Cachin, o comunista de mais malicioso senso de humor que ainda conheci, que, logo depois, a Standard Oil, com o seu consórcio franco-americano, descobria petróleo em Parentis.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite-me V. Ex.^a um esclarecimento: essa exploração de petróleo é na própria França metropolitana?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sim, em Bordeaux. A setenta quilômetros, na direção do sul, do grande porto da República Francesa. Fêz-se um consórcio, de participando o governo francês com 25% do capital e duas companhias americanas com o restante. A Standard Oil de Nova Jersey predomina na Companhia. Meu caro amigo conde Robert de Billy, que é presidente da Esso Standard, em França, já pôs à minha disposição um avião, a fim de visitar Parentis. Eu estava em Paris, quando o petróleo ali jorrou. Foi um dia de alvoroço nacional, sem que esse estado emocional fosse quebrado por manifestações de desagrado contra os americanos, autores da façanha, sequer do lado da esquerda comunista.

Qual a lição a tirar desse fato? É que a inteligência da França não está contaminada nem degradada como a do Brasil, pela propaganda soviética que dos brasileiros ela faz enganados, em seu interesse fundamental, a prazo, e atraídos, quanto à importância desse interesse, de modo permanente.

Onde o refúgio de tamanha pobreza de espírito de elites políticas e governos brasileiros? Na própria indigência mental e na mesma miséria física do país, que insiste em especular em torno de um problema já resolvido por toda a parte, do modo mais satisfatório. A fase de semibolchevismo da conquista e exploração do petróleo é um período inteiramente superado na história. Tentar com ela especular é o mesmo que pretender identificar a Inglaterra dos piratas de Drake, com o Reino Unido de Churchill e Attlee.

O medo aos Estados fortes, quando se vêem os seus capitais particulares ligados ao petróleo, nos países pequenos, não nos leva de um estado d'alma evanescente. Tome-se o

lado positivo da exploração da riqueza, que hoje inunda Venezuela, Columbia, Canadá, o Próximo Oriente etc. Ela só cria prosperidade e bem-estar, fartura e conforto. Agora, examine-se o lado negativo, isto é, quando governos jacobinos, estimulados secreta ou abertamente pela propaganda russa, se desentendendo com o princípio da livre exploração, expropriam as companhias estrangeiras de petróleo, estabelecidas dentro das suas fronteiras, não permitindo que elas obtenham concessão de lavras.

Que é que aconteceu ao México, quando seu governo, em 1938, atrou brutalmente para fora do país, violando contratos expressos, empresas americanas e inglesas de óleo?

Nada. A violação da lei escrita pelo governo do México, não encontrou sanção alguma por parte dos países, donde se originavam os capitais ali investidos no óleo e nas refinarias.

Outrotanto acaba de perpetrar o governo Mossadegh, no Irã. A impunidade em que ficou o Estado responsável pela expropriação de Abadan é mais do que sabida. Não consta que tivesse surgido nas águas do Golfo Pérsico nenhum navio de guerra britânico para fazer demonstrações de guerra ao governo do Xá.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Apareceu coisa muito pior.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Então V. Ex.^a queira explicá-lo, porque a administração Mossadegh era o que havia de ruim para os interesses da nação persa. Ela era a peste vermelha.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Sabe V. Ex.^a que apareceu coisa pior. Não pode negá-lo, porque é evidente. Surgiu o trabalho sorrateiro dos trusts, ajustados entre si, contra o governo de Mossadegh, o maior patriota que já apareceu no Oriente Médio, e que se encontra na cadeia.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agora sim, está bem situado o perigoso agente russo, o inimigo da democracia, regime que V. Ex.^a desfruta com tamanho goáudio, nesta Casa.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Os ingleses decidiram retomar a exploração do petróleo e para isso os trusts se mancomunaram. O nobre colega sabe o que sucedeu recentemente, sem um grito de protesto do mundo inteiro. Acabam de ser fuzilados dez oficiais do Exército iraniano, simplesmente porque — dizem tribunais similares aos do Galeão — eram comunistas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Temos, então, no Brasil e na Pérsia territórios livres, encravados dentro do corpo soberano nacional. Quem o diz é V. Ex.^a, uma das figuras de relevo da ordem de coisas política atual em nosso país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Tal a grande verdade internacional em matéria de petróleo. Não desajustamos o mesmo para o Brasil.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Xá da Pérsia é uma natureza moderna. Estou certo de que os oficiais, executados em Teheran, eram corvíctos de traição à pátria. Mal guiados, se fizeram agentes de uma nova consagração soviética.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A alta traição foi serem contra a absorção do país pelos capitais ingleses e americanos. Quem sabe não acontecerá, amanhã, o mesmo no Brasil?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como é despiador, sr. Presidente, o confronto entre o ativo e o passivo que resulta para o Brasil da nossa estreita política nacionalista de petróleo!

O Canadá abriu as suas fronteiras à técnica e aos capitais americanos, quanto às preocupações jacobinas. Achou petróleo e está rico. Não tem mais o pesadelo em que o encontrar

esmagado em 47, do passivo da sua balança comercial. Visitem o Domingo os membros da Casa. É uma das comunidades mais prosperas e mais cheias de saúde do hemisfério.

O Brasil recusou-se permitir que a colaboração estrangeira viesse ajudá-lo a sondar e explorar o óleo. Está arruinado, do ponto-de-vista das reservas metálicas. De trezentas e trinta milhões de dólares dessas reservas, duzentos milhões estão praticamente apenados aos bancos, que nos emprestaram o com que cobrir os déficits das nossas remessas cambiais que, segundo me declarou o ministro da Fazenda, eram de trezentos e quatorze milhões, quando ele assumiu a pasta. Enquanto que o Canadá e a Venezuela andam opulentos, sem mais dívida externa (a Venezuela sofreu até, no tempo do general Cipriano de Castro, uma demonstração naval por motivo do não pagamento de divisas), no Brasil se dilata o processo inflacionário. Somos um país sem estabilidade financeira nem econômica. A espiral dos preços rodopia. No plano externo vemos desde as dívidas bancárias consolidadas, até as não consolidadas, inclusive atrasados comerciais, que deixamos congelados, para pagá-los aos pedaços. Vivemos aqui da maneira mais artificial e, portanto, menos satisfatória: à custa de jactos de papel-moeda, em plena desordem monetária, o país submetido a uma péssima gestão financeira, corroído pelo colapso do poder de compra do cruzeiro, sendo que a margem entre a oferta e a procura cada dia mais se vê agravada, ante a pressão inflacionista.

Mas será só esse o passivo da insistência governamental e congressional, que até hoje recusaram ambos os poderes aceitar o concurso de fora no caso do petróleo, e por isso desbaratamos 260 milhões de dólares, por ano, com a compra de combustíveis estrangeiros?

Qual o país do mundo que paga tão elevado imposto às suas convicções nacionalistas?

Tais as influências calamitosas do nacionalismo petrolífero aqui, sobre os fatores materiais. Restam, agora, as outras sobre os fatores humanos decorrentes, outrossim, da nossa penúria financeira: o analfabetismo, as endemias rurais, a tuberculose nas cidades, a penúria da técnica agrícola, e a péssima nutrição, quando não a fome, por toda parte.

Tal o espólio de uma errada pregação política. Ela só tem servido para afastar o Brasil dos seus melhores amigos, lá fora. Esses amigos lhe poderiam ter dado a mão, levantando-o para outro plano, progressista e feliz, que não esse em que nos encontramos hoje, praticamente baldes da assistência do crédito externo e impotentes para dar a expansão que devemos às nossas forças produtivas.

Dir-se-á que o capital público americano não está vindo, depois da guerra como devia, para a América Latina. Mas o capital privado por que se subtrai à cooperação conosco? Como teria ele voado para o Brasil, tal qual foi para a Venezuela e o Uruguai, que não opuseram as restrições que a pressão nacionalista aqui lhes levantou? O capital só emigra para onde ele sente que há um clima de simpatia pela sua presença. Entre nós, Exektivo e poderes correntes da opinião pública e das forças parlamentares não são favoráveis à introdução dos capitais de fora na economia nacional, senão mediante limitações e discriminações, que os desproporcionam. Com uma mentalidade primária, tentou-se subtrair aqui a inversão estrangeira pelo papel-moeda de curso forçado. Esse era de preferência dado a autarquias que de todo o modo têm tumultuado a sua aplicação, inclusive na mercantilização

das aplicações imobiliárias — responsáveis pela nossa trágica penúria de alimentos, matérias primas e transportes ferroviários, organizados a fim de desenvolver a produção em termos razoáveis, e carregá-la dos centros produtores aos de consumo e exportação, mediante o pagamento de fretes garatos.

Isolando-se cada vez mais de penetração dos capitais estrangeiros, a produção e o comércio brasileiros não têm tido ensejo de se adaptarem às modificações, que o comércio tropical passa por toda a parte. É uma regra de economia que os países exportadores se devem ajustar, no que produzem, ao gosto, às preferências dos seus consumidores. Transformações consideráveis surgiram de todos os lados, nos últimos vinte anos, no ritmo do comércio mundial. O Senhor Howard C. Shepard declara que 50% do intercâmbio mundial se funda em mercadorias que há meio século eram desconhecidas dos países, para onde elas são hoje vendidas. A esse dinamismo se opõe, em a política heremética do nacionalismo, a hirta estagnação de nosso comércio externo. Não aprendemos a lição dos outros povos. A xenofobia nos faz empacados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não apoiado. Nosso comércio exterior é dos mais adiantados. Ele nada tem que aprender daqueles das outras nações.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Os iranianos tiveram, em suas mãos, Sr. Presidente, durante tres anos, a refinaria de Abadan, uma das maiores e das mais modernas do mundo. Que dela fizeram? Conservaram-na fechada, por não existir, no país, um corpo de técnicos, habilitado para pô-la a trabalhar. Agora, foi organizado um "pool" internacional, que se propõe reabri-la e entregar ao comércio das nações livres o óleo persa. Abençoado o país que tem um chefe de Estado, o qual, depois de cruéis provocações, sabe encontrar o caminho da felicidade nacional sem ter medo das agitadores vermelhos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a labora num grave equívoco. A Pérsia está hoje ocupada pelo imperialismo dos trusts americanos e ingleses.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Havia prometido, Sr. Presidente, falar da Itália no plano da exploração do petróleo, como o fiz. Tenho contudo a acrescentar algo ao que já adiantei. Tratado pela ideologia nacionalista de Mussolini, tornaram-se vários e numerosos setores da opinião italiana de uma agressividade idêntica à dos nossos bravos lupiniquins domésticos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Os italianos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sim, os italianos. Os fascistas eram lupiniquins cegos. São precursoros de V. Ex.^a. A família não é específica deste hemisfério. Também os há na Europa, e de tacape e boré, como V. Ex.^a.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A Itália é uma nação colonizadora. Esquece V. Ex.^a disso?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, perguntava eu na Itália, certo dia, quando ali foi descoberto o óleo, por que o petróleo em Ragusa não fora encontrado antes pelos italianos, mas sim por uma organização americana, que entrou na Sicília, graças à situação de semi-soberania, que a ilha desfruta, desde o após-guerra.

Formulei essa interrogação na Casa da Este, em um jantar que me ofereceu pela direção da Sua Visccaria, ao qual compareci a flor dos seus engenheiros e administradores além de figuras de grandes companhias industriais e bancárias de lá. Todos, mas todos, me responderam a "uma voz": a política não fora descoberto antes na Itália simplesmente porque o governo italiano estava por trás das pesquisas. Foi

preciso que viesse a livre iniciativa, par aos horizontes se alargarem."

Sr. Presidente, com o governo italiano como força de vanguarda, nada se consurgiu; mas na hora em que a livre empresa, pela mão dos americanos, chegou ao país, em dois ou três anos, já havia o petróleo revolucionado o mundo peninsular e ele entrava a jorrar no sul da Itália.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Isso pouce acontecer.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pode, não! Está acontecendo, e o Brasil persiste em não se dar conta de lições que deveriam aproveitá-lo para retificar tantos passos errados que tem dado e está dando nas suas aventuras estatais do petróleo e de vários serviços públicos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas não se esqueça da Arábia, onde houve concessão, se me não engano dada aos ingleses, para pesquisa do petróleo. Entretanto, eles nada conseguiram. Chegaram, então, os americanos e descobriram, justamente nessa área, superficialmente, o lençol de petróleo de maior potencialidade no mundo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas no subsolo da Arábia existe outro oceano indico de óleo. E foi depois que o descobriram que os americanos e os ingleses passaram a se desinteressar do Brasil e outros países xenofobos do hemisfério, que pensavam que o petróleo, ainda por descobrir, fosse privilégio deles.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O problema não é esse que V. Ex.ª oferece, aliás, brilhantemente, a nossa consideração.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado a V. Ex.ª. O que estou oferecendo à consideração da Casa não tem brilho, mas contém sólidos fragmentos de verdade.

Sr. Presidente, na Itália o poço de Agugosa foi descoberto, este ano, na Sicília. Há esperanças de que de novas sondagens em curso haverão de jorrar ainda mais outros milhares de barris diários do líquido precioso.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — No Brasil, também já foram descobertos vários poços pioneiros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De paupérrimo rendimento, na Bahia, onde, aliás, a primitiva investigação resultou da iniciativa privada. O Estado, até hoje, não achou um poço de petróleo no Brasil. E já despediu dois bilhões de cruzeiros nessa faina. Imagine-se uma tal soma empregada em fazer do Brasil uma nação milheira, para com o milho se ter avicultura e porcos, ou seja, uma base de calorías animais, e que tanto se ressentem este pobre e grande desnitrado que é o povo brasileiro! Entretanto, a transformação do nosso milharal, é aqui, obra exclusiva de um estrangeiro, o Sr. Nelson Rockefeller. Com o IBEC é ele quem está introduzindo, faz mais de dez anos, o milho híbrido no Brasil.

Por que o Brasil lançar fora tantos recursos do contribuinte, quando há capitais disponíveis, lá fora e aqui dentro, para pesquisar o óleo?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª pode informar quais capitais privados que têm sido oferecidos?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Capitais brasileiros, americanos e ingleses.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Dejejava que V. Ex.ª especificasse. Quais companhias inglesas e americanas?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Começo pelos capitais nacionais.

O Sr. Guilherme Guinle desejou imenso fazer participar a sua fortuna e a dos seus amigos, no petróleo. Foi barrado pelo governo. Ele fundou uma Companhia Nacional de Pesquisas do Petróleo, que operou no Paraná, em São Paulo e na Bahia. Teve que liquidá-la, devido à legislação monopolista. A empresa tinha uma sonda que lhe custou, ao câmbio da época, 3 milhões de cruzeiros.

Mario d'Almeida e Martinelli, idem. A Standard Oil e a Shell, igualmente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Tem V. Ex.ª conhecimento de uma só proposta dessas companhias?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas já discuti aqui este assunto e falta-me paciência para abrir um debate, encerrado, com argumentos irretorquíveis. As propostas fervilhavam aos governos, que delas não faziam caso. Acredito que mesmo a Petrobrás têm chegado sugestões de colaboração. Isto me disse o eminente Dr. Plínio Catanhede.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Petrobrás nasceu há pouco tempo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Se tivéssemos juízo, jogaríamos a Petrobrás com a sua xenofobia celebrada na primeira carroça de lixo que passasse por aí de madrugada, e entraríamos, com as verbas com que ela escorcha o povo, a cuidar da saúde, da saúde, antes de tudo, da nossa gente e, depois, do seu enriquecimento agrário e pecuário, com o aumento da produtividade da nossa mofina e raquitica agricultura e dos nossos rebanhos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Desejava apartear: mas esperarei que V. Ex.ª fique mais calmo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — É o que tenho de mais, calma, para tolerar uma pobre elite de suicidas que faz de minha terra uma nação-mártir com a espreiteza das suas idéias políticas. V. Ex.ª, e os nacionalistas que o acompanham são autênticos assassinos da riqueza do Brasil. Rifemos, por caridade, a Petrobrás, que envergonha os índices de cultura da nação. Ela é um retrocesso do Brasil republicano de Rodrigues Alves, Rio Branco, Bulhões e tantos outros patriotas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Enquanto V. Ex.ª assim pensa a respeito da Petrobrás — respeito seu ponto de vista — eu e outros nacionalistas pensamos de modo inteiramente contrário. Sentimos que a questão do petróleo não é tão simples quanto V. Ex.ª a apresenta no momento. A questão do petróleo, entre nós, se faz por etapas. Tivemos, primeiramente, a etapa do "não há petróleo". Quem divulgou esse slogan do não "há petróleo" no Brasil? Teríamos sido nós, os nacionalistas? V. Ex.ª sabe que não. Quem o divulgou foram os técnicos vendidos aos capitais internacionais, juntamente com os técnicos internacionais que aqui vieram para proclamar essa falsidade sobre os interesses brasileiros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não tem sombra de verdade o que V. Ex.ª está dizendo. Um propagandista do bolchevismo não falaria melhor de que o fez aqui o nobre colega. A Standard Oil cansou-se de declarar, pelos jornais, com a sua firma, que no Brasil há petróleo. Logo, o que o nobre colega vem de afirmar, contradiz a verdade dos fatos.

O Sr. Othton Mäder — É lenda.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É uma realidade, e os nobres colegas estão convidados a dizer ao Senado quais as companhias que fizeram propostas e qual a proposta feita ao governo para inverter capitais privados na indústria de petróleo antes da existência da Petrobrás.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Standard Oil, que fundou até uma companhia para pesquisar petróleo, a Pan-Brasil, e que teve uma refinaria, que foi obrigada a desmontá-la, vendendo no retalho de São Paulo as suas peças, porque o governo federal não consentiu que ela trabalhasse.

O Sr. Othton Mäder — A lei proíbe a apresentação de propostas, mas vou trazer ao conhecimento de Vossa Excelência documento que prova ter sido feita proposta ao governo brasileiro, em 1941, e que foi recusada.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Aguardarei o pronunciamento de V. Ex.ª.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Posso mandar comprovante, pelo Correio ao meu nobre colega. Basta reler "A Ofensiva", em 1943. Ali está uma proposta da Standard Oil ao governo Vargas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª poderá trazer amanhã e ler da tribuna do Senado. Ouço-o sempre com encanto e satisfação, nobre colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quanto à Standard Oil — se falo com tanta frequência dessa empresa é por ser uma grande interessada, senão a maior, na questão do petróleo em nossa terra — tentou pela segunda vez, há vinte anos, pesquisar o óleo, e a administração federal não lho consentiu.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Só temos duas companhias interessadas na inversão do capital privado, principalmente agora, que perderão o mercado, se continuarmos por esta forma.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Standard Oil se dispôs a reabrir, depois da guerra, o debate do óleo em nosso país. Que fez a sua direção? Não procurou um só jornalista; não bateu à porta do gabinete do diretor de um só jornal. Comprou páginas inteiras da imprensa brasileira, de todos os jornais, indistintamente, e reencetou ela própria, com a sua responsabilidade, as escândaras, a discussão em torno do petróleo. Pediu uma concessão ao governo federal, e, esse, diante do seu apêlo, ficou mais mudo que um frade de pedra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Reconheço que o veneno é forte. A cobra é venenosa. Isto eu reconheço.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Está dito lá num dos anúncios da Standard Oil: — "O Brasil tem petróleo". A Standard Oil não só declarou que o Brasil tem petróleo como adiantou que estava pronta a emprezar seus capitais em pesquisas, tão cedo conseguisse concessão do governo brasileiro. Que mais quer V. Ex.ª, como prova de que os americanos e os ingleses não desertaram nos seus propósitos de sondagem do petróleo na América Latina, mas, sobretudo, no Brasil?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª está habilitado a prestar esse esclarecimento porque é homem muito mais capaz do que eu nesta questão.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Observo mais uma vez, que V. Ex.ª é uma natureza de boa fé, passiva de ser atraída às nossas unhas antixenofóbicas. Também quero dizer a V. Ex.ª que há quatro anos a Shell, em Londres num jantar que me oferecia a sua guapa diretoria, no Savoy, voltou a insistir na pesquisa do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras. Fiz-lhe ver a impossibilidade da realização de um tal desejo, diante da atitude do governo Vargas. Alguns dos seus diretores pouco familiarizados com as coisas do Brasil, quiseram duvidar quando eu lhes disse que até ministros de Estado brasileiro, por serem casados com estrangeiras, não podiam envolver-se em negócios de combustível líquido nacional. Tive um visível acobrunhamento de confusão, em Londres tamanha indignidade dos legisladores bisonhos do meu país.

O Sr. Raul Fernandes e Eugênio Guinim um nem outro não podem ser acionistas de qualquer das nossas refinarias de petróleo. Porque são casados o Ministro do Exterior com uma senhora rumena e o da Fazenda com uma americana. Para se ser acionista de negócio de óleo é preciso ser nacional, como o sabaçu, a anta ou o peixe elétrico. Sobre o brasileiro, ligado pelos vínculos do matrimônio a

uma não-brasileira, a lei faz pairar a suspeição de um eventual traidor da pátria.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Perguntaria, ainda, a V. Ex.ª qual a estimativa que faz da nossa capacidade petrolífera?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como pretende o caro colega que eu lhe responda um tal quesito, se não sei, sobre pesquisa petrolífera, e não digo nada, nesta terra? Estamos, hoje como o caranzuejo do padre jesuíta que arranhava a praia, há quatro séculos, nós, hoje, mal arranhamos o solo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Quem sabe?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Se falei até hoje com um técnico americano de óleo, faz 15 anos. O Sr. Hoover Júnior (tal o seu nome) nao era otimista sobre a Bahia, mas tinha coniarça em outras regiões.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Desejava ouvir de meu nobre colega uma estimativa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estimar o que? As reservas do país? Mas se o petróleo não foi sequer ainda encontrado como pensam na cutagem de áreas desconhecidas, que não sabemos se contém ou não a riqueza do ouro negro? Estimar, hoje, reservas de petróleo no nosso país, equivaleria a fazer prognóstico no astral. São ambos mundos desconhecidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Perdoe o nobre colega. Mas quem faz uma afirmação categórica como a que acabei de ouvir deve estar pisando em terreno muito sólido, e como ponho minhas dúvidas nessa sinceridade, procuro indagar, como estou indagando.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Os americanos dizem: há petróleo no Brasil Onde? Em que quantidade? Só metendo as sondas pelo fundo da terra a dentro. Mas se isto só quem faz é o Estado, com uns vagos "xenexens" e até agora sem maiores resultados que saíra de conhecimentos positivos poderemos ter para elucidar nossos gulosos "mãos tupiniquins"?

Que eu afirmo louvando-me nos textos das publicações da Standard Oil é que no Brasil existe petróleo. Agora vem V. Ex.ª e interroga querendo saber em que quantidade. Esse é um mistério que começa por escapar à própria Standard Oil, porque ela não teve acesso, nos últimos vinte anos, a nenhuma bacia supostamente petrolífera do país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas um geólogo americano, o Sr. Hoover Júnior, aqui esteve pesquisando o petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De fato, mas por conta do governo federal, e num distrito já sabidamente pobre como o Recôncavo baiano.

A sua passagem malgrado o valor que todos lhe atribuímos, não despertou maior interesse da opinião pública nacional. Somos o país das contradições; fala-se todo o dia em procurar óleo, e quando o governo faz vir ao Brasil um Hoover ou um Lintz, não nos aquecemos pela presença de técnicos do renome de ambos, dentro das nossas fronteiras.

Como são de nós diferentes os italianos!

A não ser os comunistas, que são fortíssimos na península, do ponto de vista parlamentar (e eles somam 28% da representação da Câmara italiana) toda vez que a visito neste pós-guerra, só encontro alvoroço e entusiasmo pela colaboração do capital anglo-americano, na descoberta dos combustíveis nacionais. Nenhuma prevenção. A menor desconfiança. Nem sombra de receio de que a Itália venha a se acambarçada pelas forças avassaladoras do imperialismo de Wall Street.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.ª sabe que não poderia ser de outra forma, pois não ignora qual

seja a situação da França, da Inglaterra ou da Alemanha, em matéria de petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas a nossa é pior. A França já tem onze mil barris diários, de produção doméstica.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não é tão pior assim.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Leia então V. Ex.^a o que diz o Sr. Osvaldo Aranha, hoje, no "O Globo", sobre a situação do Brasil. E de agosto a Nós não vemos com que pagar o petróleo. O Brasil terá de modificar a estrutura demagógica da Petrobrás, ou então, de reduzir a importação dos seus suprimentos de combustíveis.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Perde o nobre colega, mas se equivocou. Nós, da bancada tupiniquim, não aceitamos esse ponto-de-vista. Isso de se dizer que não podemos pagar o petróleo, que o temos de importar é conversa fiada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A escassez de divisas para aquisição de matérias primas, atinge outros setores inclusive os corantes para as roupas manufaturas têxteis. Teremos que voltar aos corantes vegetais, como no período colonial. E, quem sabe? Talvez comparecer à Casa com as vestes simples de nossos antepassados pré-colombianos. Do papo de tucano do Imperador é pouca a distância para o cocar de plumas de garça ou arara, e às tangas de fio de tucum.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O fato é que poderemos resolver essa questão do petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com palavras enfáticas de oratória de 7 de Setembro a experiência está feita. O ufanismo se produz duas vezes: do trigo e do petróleo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a sabe perfeitamente que há nações como por exemplo o Uruguai, que não têm petróleo. O nosso caminho é diferente pois enquanto não dispusermos do nosso ouro negro, poderemos adquirir o refinando-o e montando divisas. Responda-me agora V. Ex.^a: Qual a proteção às refinarias de petróleo no Canadá aqui invocada por outros eminentes onostores?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A refinaria não exclui a compra do cru. No Canadá as quatro operações do petróleo: prospecção, exploração, refino e distribuição, todas são livres. Não existe sombra de proteção oficial às refinarias e o governo não possui nenhuma. No Domínio, o governo em Alberta tira o seu "royalty" do petróleo extraído e está tudo acabado. A fiscalização o que abrange é o dízimo estatal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Podemos poupar divisas e enfrentar o problema. Isso podemos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Economizar uma parte das poucas divisas de que dispomos, fazendo refinarias estatais, isto, de fato, se pode. E' porém, missão do Estado instalar refinarias, que em toda parte do mundo civilizado são empreendimentos da iniciativa privada?

O Sr. Othon Mader — Não temos recursos nem para o desenvolvimento industrial do país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Nem poderemos ter, com um ministro da Fazenda como o atual. Contrá S. Ex.^a o nobre colega já ouviu um verdadeiro libelo neste recinto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A Casa me permita que faça uma ligeira referência ao México. Conversava eu, há pouco tempo, com um eminente brasileiro que se encontrava com o Sr. Castilho Flores, ministro da Fazenda no México, em Nova York. Nesse compatriota dava notícia a esse ilustre homem de finanças, acerca da pesquisa e exploração do

petróleo, às quais o governo, aqui está decidido a empreender com a Petrobrás. O comentário do Sr. Castilho Flores só foi este: — "Não sabem os brasileiros o preço pelo qual paga um governo dominado do princípio do monopólio estatal do petróleo, as pesquisas feitas com os recursos do tesouro nacional". O México tem sido de rara infelicidade na pesquisa de seus novos lençóis petrolíferos. Fora do distrito já descoberto pelo estrangeiro, o país quase nada logrou de novo, de 1938, até hoje. "Pozo Rico" continua a produzir 2/3 do óleo mexicano. E "Pozo Rico" não foi descoberto por qualquer monopolista estatal, senão pela técnica estrangeira.

Contou-me, há três meses, uma figura de indiscutível responsabilidade na Petrobrás que um técnico americano, que pensara trazer para o serviço efetivo da Companhia, pedira, como base da sua permanência nela, um depósito prévio de vinte milhões de dólares. Esse dinheiro seria a garantia da continuidade dos trabalhos oficiais, pelo menos por algum tempo. De outro modo não jogaria o prestígio do seu nome, vindo aqui trabalhar com o governo federal, na Petrobrás.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre senador poderia dizer-nos o nome desse técnico?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não sei se o perito de fama mundial, que foi abordado pelos agentes do governo do Brasil, nos Estados Unidos, para assumir a direção das pesquisas de petróleo, hoje a cargo da Petrobrás, é o mesmo que lá está. Pode dar-se que o seja. Nesse caso, o seu nome é Walter Lintz. É um antigo chefe de serviço, assaz reputado, da Standard Oil. Ele deixou aquela companhia, onde trabalhava há 27 anos, para vir prestar serviços ao governo do Brasil. Até aqui os ventos não lhe têm sorriso à feição.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas é que, meu nobre colega, a Petrobrás nasceu ontem. Nunca houve país no mundo, que pudesse fazer isso, em pouco tempo. O Canadá — repito o exemplo — produz, atualmente, 100.000 barris e consome 300.000. Portanto, importa 200.000 barris. O que produz, consome inteiramente. Ao Brasil, que tem a Petrobrás desde ontem, querem que já tenha o assunto resolvido.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — As estatísticas de V. Ex.^a não estão em dia. Sinto dizer-lhe. O Canadá tirou, em 1953, nada menos que 400 mil barris diários dos seus poços. Este ano vai para 500 mil. 155 turmas de geofísicos trabalham nos campos petrolíferos domésticos.

O Sr. Domingos Velasco — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A palavra é de V. Ex.^a

O Sr. Domingos Velasco — V. Ex.^a já deve ter notado que sempre que V. Ex.^a ocupa a tribuna, eu me sendo nesta cadeira e ouvindo seu discurso com toda a atenção.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado ao ilustre colega. O Senado reconhece que V. Ex.^a é um estudioso atento destes problemas, de outro ângulo, é verdade, mas que os investiga, não resta dúvida.

O Sr. Domingos Velasco — Pois bem, vou demonstrar ao Senado que existe uma sabotagem organizada contra a Petrobrás. Não o farei em aparte, para não perturbar o desenvolvimento do raciocínio de V. Ex.^a, mas já estou inscrito para, na sexta-feira, fornecer os dados e provas de que não é possível o êxito da Petrobrás, quando é sabotada, dentro do próprio governo, o que, a meu ver, constitui crime de lesa Pátria.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Se a sabotagem à Petrobrás vem do governo, eu seria a pessoa menos qualificada para conhecê-la. Não costumava frequentar os círculos governamentais. Mas até agora, através de nenhuma fonte chegou ao meu conhecimento que a Petrobrás seja sabotada pela ação federal. Permita V. Ex.^a que eu ponha em dúvida os informes tendenciosos que inimigos conhecidos da cooperação interamericana estão pondo em circulação. Já me disse, o coronel Juracy Magalhães, que do lado dos agentes das companhias americanas de petróleo, no Brasil, só tem recebido cordial dose de colaboração, a qual está facilitando a sua tarefa. Onde partem, então, os golpes sabotadores que perturbam a marcha da Petrobrás para os seus gloriosos destinos?

O Sr. Domingos Velasco — Não quero, de maneira alguma, duvidar da informação que o Cel. Juracy Magalhães, o qual me merece o maior respeito pela sua alta dignidade e patriotismo, transmitiu a V. Ex.^a O meu discurso não versará sobre a posição das companhias petrolíferas, em relação à Petrobrás. Apontarei, apenas, dados e fatos mostrando que, neste governo, como no anterior havia e há elementos que estavam em posição-chave e que faziam tudo para que a Petrobrás não lograsse o êxito desejado. Isto, acredito, o coronel Juracy Magalhães não me desmentirá.

O Sr. Plínio Pompeu — Para a Petrobrás necessitamos de técnicos e de dólares e não dispomos nem de uma coisa nem de outra.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Coronel Juracy Magalhães, também me declarou que o ministro da Fazenda do governo de Vargas lhe havia prometido cinquenta milhões de dólares para iniciar seus trabalhos. O que não fazia aqui, um governo esclarecido, com cinquenta milhões de dólares. Começava, Sr. Presidente, de início, a pôr em ordem as nossas estradas de terra, a maioria das quais estão por aí, como as pontes, sem que o Estado disponha de um dólar sequer, para dar-lhes peças, a fim de conectar as suas veias vitais locomotivas. Só a Central do Brasil tem mais de oitenta locomotivas encostadas, por não ter como repará-las. Uma peça, que se permite trazer de Goiás, para São Paulo muito acampanha seu governo merece ser conhecido como autor de um dos maiores delitos contra a economia nacional. Nas bases em que se encontram colocados, hoje, os transportes deste país, só lograremos ter mercados de exportação com café gradeado, com café de preços altos, levantados artificialmente pela especulação do próprio governo, ou então à custa de calamidades, como guerras, que paralisam vários mercados competidores para que o Brasil possa, neste caso, vender aquilo que normalmente lhe é vendido, em face dos custos, elevados da sua produção interna.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Peço licença para lembrar ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. PLÍNIO POMPEU (Peça Ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand conclua sua oração.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Plínio Pompeu.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa). Está aprovado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Agradeço ao nobre Senador Plínio Pompeu e à Casa a longanimidade com que me estão ouvindo apreciar

um assunto, que só me interessa pelos enormes reflexos que ele tem sobre a vida de nosso povo e a estabilidade da sua economia. Insisto no caso dos cinquenta milhões que o Coronel Juracy Magalhães me informou que o Ministro da Fazenda do governo Vargas, estaria disposto a lhe entregar, para gastá-los na "Esquina da Sorte" da Petrobrás.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Para esclarecimento do Senado, o Ministro da Fazenda era o Sr. Eugenio Gudin?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não. Era o Sr. Osvaldo Aranha. Embora eu saiba que ele, como eu, como toda gente de senso comum, é pela liberdade de iniciativa, no caso do petróleo, não tenho dúvida em acreditar que seria capaz de levantar dólares sobre o nosso ouro para pôr aquela soma nos cofres da Petrobrás, por adiantamento do que ela terá de receber da conversão dos seus cruzetões. Aliás com tristeza minha, encontro hoje o Sr. Osvaldo Aranha na corrente antiamericana, e isto mesmo me disse esta manhã a famosa e demoníaca Fleu Cowles, do "Look". Entretanto, nenhum brasileiro lutou mais do que ele, entre 1911 e 1943, para levar o Brasil a cumprir os seus compromissos de não aliança americana, para com a defesa do hemisfério, na vanguarda da qual, então como hoje, se punham os Estados Unidos.

O Sr. Bernardes Filho — Não esqueça o nobre orador o papel que a opinião pública desempenhou naquela ocasião.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — De resto, a opinião pública se pôde curar de repelir o imperialismo da política norte-americana.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, trouxe o nome do Sr. Osvaldo Aranha a este debate, mesmo sem lhe conhecer a fundo as idéias sobre a Petrobrás. Nunca me entreguem a maiores investidas para saber o que lhe remorde a consciência de patriota, a respeito do petróleo e sua exploração, graças aos dependentes botocudos, que se tentam neste país.

O Sr. Othon Mader — Neste ponto, posso esclarecer a V. Ex.^a O Senhor Osvaldo Aranha, quando Ministro da Fazenda, na visita que fez a esta Casa manifestou-se inteiramente contrário à Petrobrás.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois aí está, Sr. Presidente. Tinhamos no governo um antiamericano (acredito apaixonado e, portanto, momentâneo) não muito partidário da Petrobrás, porém disposto a ajudá-la a sair do quase ponto morto em que ela se encontra. E por que a Petrobrás não marchou até hoje? Por que, com Presidente da República, Ministros, maioria do Senado e da Câmara, opinião pública, todos na linha justa do empreendimento, seja, a favor do exclusivismo estatal, o trem nacionalista não sai da estação? Que há, que depois de ano e meio de votação por nós a lei da Petrobrás as locomotivas do "expresso" xenóforo se conservam ainda de fornalha apagadas, ou, então, fazendo tardos movimentos, nos patios de manobra? Todavia, aparentemente, existe clima para que a grande aventura tente operar o mais cedo possível.

O Sr. Bernardes Filho — Permite-me V. Ex.^a um aparte. Esse ponto precisa ficar, de uma vez por todas, esclarecido. Não se podem considerar antiamericanos aqueles que nem sempre estejam de acordo com os pontos de vista sustentados pelos Estados Unidos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Ou pelos capitalistas norte-americanos, Sr. V. Ex.^a muito bem.

O Sr. Bernardes Filho — Vamos examinar o caso da Petrobrás, que V. Ex.^a, ora aborda. Sabe V. Ex.^a,

que há muitos patriotas que têm con-
dições firmadas a favor da Petrobrás
que são, realmente, sinceros. Outros
cristem, também, nesse sentido, que
estão a serviço de doutrinas estran-
geiras, como os comunistas. O que não
é possível, porém, é que coloquemos,
como antiamericanos, todos aqueles
que, sinceramente, defendem a Petro-
brás ou as soluções brasileiras, para o
caso do petróleo. Não podemos, de
forma alguma, considerá-los anti-
americanos, mas apenas brasileiros. Não
temos culpa de que nem sempre os
interesses dos americanos coincida-
m com os nossos.

Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Assentimento. Quando nossos inter-
esses são opostos, sou antiame-
ricano, porque sei ser brasileiro.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sr. Presidente, neste caso, é pre-
ferível ficar com a segura tese advo-
gada pela representação do Partido
Comunista, na Assembléa Constituinte
em 1946. Agindo, ao que parece, sob
o signo de forças liberais (!), eles per-
filharam o nosso ponto de vista. Fa-
zendo a táboa rasa da frenética de-
magogia, que a Petrobrás encarna, fo-
ram até compreender que o petróleo
é matéria prima, a qual faz parte de
um sistema internacional. Ao povo
que o tenha, ou possui indícios de que
venha a descobri-lo, não assiste o di-
reito de subtrai-lo ao uso da huma-
nidade. Por isso, na definição de at-
titude que tiveram, no seio do Parla-
mento, os comunistas pediram que o
dúbito de pesquisa e exploração do
petróleo se estendesse além dos residentes
estrangeiros, domiciliados no país,
e igualmente alcançasse os estran-
geiros aqui não domiciliados. Assim
discriminavam, entre nacionais e
estrangeiros. Reclamavam, no assunto
do petróleo, tratamento igual para
todos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Permite V. Ex.^a um aparte?

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Certamente.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Vejo que V. Ex.^a quer identificar
os pontos-de-vista dos comunistas
com os pontos-de-vista dos naciona-
listas. As vezes eles coincidem em
outras, podem divergir.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Como divergiram naquela oca-
são.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Veja V. Ex.^a que, como está orien-
tado o debate e encaminhada a ques-
tão, chegaremos à conclusão de que
os comunistas estão no ponto-de-vi-
sta acertado, e nós no desacertado, o
que não é verdade. O que há é o se-
guinte, na questão do petróleo: dadas
certas coordenadas políticas, sociais e
econômicas, convem ao Brasil o mo-
nopolio estatal do petróleo; que os
comunistas se dirigem por esse cami-
nho certo e nós, também, pelo mes-
mo caminho. Só sob este aspecto já
podemos conduzir a questão,
fazendo que os comunistas agem des-
de daquela forma e não podemos
negar a uma conclusão elucidativa,
capaz de convencer o Senado das
razões que nos assistem.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— V. Ex.^a desta vez não conseguiu
destruir os argumentos do Partido
Comunista Brasileiro, quando ele, se
desviando do slogan do "petróleo é
nosso", perfilhou a tese do petróleo
pertence a todos os povos do plane-
ta.

O Sr. Domingos Velasco — Permi-
te V. Ex.^a um aparte (Assentimento
do orador) — Quando se discutiu
se discutiu essa questão da participa-
ção dos comunistas na defesa do mo-
nopolio estatal da exploração do pe-
tróleo, tive ocasião de relatar este
fato a que V. Ex.^a se refere.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Eu tenho o discurso de V. Ex.^a.
O Sr. Domingos Velasco — É que,
finalmente, na votação mesmo da
proposta, foram favoráveis a

emenda que revogava, de certa for-
ma, a proibição legal de participação
de estrangeiros na exploração das ri-
quezas do nosso subsolo. Posteriormente,
apresentaram o Projeto de
Maringheia, deputado comunista pela
Bahia, tal como V. Ex.^a está dizen-
do? Mas, levantada a tese do mono-
pólio no Estado pelo general Horta
Barbosa no Club Militar e diante da
larga repercussão popular que teve,
os comunistas quiseram Caproveitar
esse prestígio e, ao mesmo tempo,
seguir a mesma política da União
Soviética contra os Estados Unidos.
Consequentemente, contra a política
americana. E então entraram no
bonde do monopólio estatal. Mas, eu
sustento ainda hoje, como sustentei
há dois anos, que, se os Estados Uni-
dos fizerem um tratado com a União
Soviética repartindo o petróleo do
mundo, ficando o da Ásia para a
União Soviética e o da América para
os trustes americanos do petróleo —
não tenho a menor dúvida de que os
leaders comunistas tecerão elogios à
associação da Standard Oil e se ba-
terão para que se entregue o petró-
leo à exploração dos trustes ame-
ricanos; porque os comunistas recebem
uma linha de ação internacional, en-
quanto nós, nacionalistas não rece-
bemos linha internacional nenhuma.
Somos favoráveis aos americanos,
quando os interesses americanos coi-
ncidem com os interesses de nossa
pátria; somos-lhes contrários, quando
esses interesses americanos não coi-
ncidem com os do Brasil. Este o
ponto que é preciso fixar definitiva-
mente nesta questão.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Te-
mos dito isso mesmo dezenas de ve-
zes.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O aparte do ilustre senador nor-
goiás esclarece, para aqueles que
não o sabem, e no vital da luta, em
que aqui dentro se empenham os do
Partido Comunista contra a prosperi-
ção e a extração do petróleo por es-
trangeiros, mas sobretudo america-
nos. E que, para dentro do Brasil,
para dentro do angulo privativo dos
interesses nacionais, o Partido Comu-
nista Brasileiro trouxe um plano de
luta da Rússia contra os Estados
Unidos. Nosso interesse o interesse
brasileiro é secundário, no caso. A
linha de conduta soviético-brasileira
faz parte de um plano estratégico do
imperialismo eslavo, no campo inter-
nacional, contra a União Americana.
Nosso país, o papel que aí desenhe-
na, pela mão do Partido Comunis-
ta Brasileiro, é o de satélite da guer-
ra econômica russo-americana. Nossa
sorte, nosso presente, nosso futuro se
acham chumbados, desesperadamente
chumbados, a um programa de luta,
na órbita externa, levada a cabo pela
União Soviética contra o seu émulo,
que são os Estados Unidos.

Aqui, sim, é que se pode falar de
imperialismo na manobra com que os
russos soviéticos nos envolvem, em
sua batalha de guerra fria contra os
Estados Unidos.

Que é o imperialismo. Sr. Presiden-
te? É a dilatação das forças de ex-
pansão de um Estado, para além das
suas fronteiras. Temos, desta vez, a
União Soviética procurando submeter
o Brasil e os brasileiros à supremacia
dos seus interesses na órbita do
petróleo, isto é, projetando-se ela para
fora dos seus limites territoriais. Não
será isto imperialismo, e dos melho-
res?

Sua linha, definiu-a o senador Ve-
lasco há poucos instantes, é a linha
de combate obsessivo aos Estados
Unidos. Tanto que, se deduz do
aparte do ilustre parlamentar goiá-
no se, amanhã, russos e americanos
dividirem entre si as esferas de in-
fluência do petróleo, ficando a Amé-
rica Latina reservada para os ameri-
canos, os soviéticos passarão a bater
palmas aos trustes dos Estados Uni-
dos contra os quais agora se levanta-
tam.

Onde estará, pois, o centro de gra-
vidade donegócio do óleo aqui? Está
claro que ele não reside em nenhum
interesse brasileiro, mas sim no cam-
po estratégico anti-americano de Mos-
cou.

Os debates, que neste recinto va-
mos travando em torno da questão
do petróleo, estão servindo para se
fixar uma história brasileira no pe-
tróleo mais correta do que a outra,
a qual anda por aí nas mãos dos
estudantes de questões econômicas,
que pensam que até nas idéias do
óleo Karl Marx entrou com as suas
luzes.

O Sr. Bernardes Filho — V. Exce-
lência, me permitiria dizer, por outras
palavras, o seguinte: a minha convic-
ção é que os comunistas são naciona-
listas, em matéria de petróleo, en-
quanto o governo do Brasil não re-
solver dar uma concessão para que
os russos explorem o nosso petróleo:
nesse caso cessará a posição. Esse o
meu ponto-de-vista.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— O contrário: eles são internacio-
nalistas russos. Aqui, defendem e
apoiam uma linha de ação eslava.
Pela propaganda do "petróleo é nos-
so", feita pelo Partido Comunista do
Brasil, pois é ele quem agita as mas-
sas quem envenena estudantes, quem
conduz professores nas escolas, o que
se deve concluir é que o Brasil to-
mou, num ponto vital da sua exis-
tência, o roteiro de um Estado, que
se profeta no meridiano de Moscou.
Ele está escravizado à política do pe-
tróleo russo, e quem permite ao
team nacionalista brasileiro tirar essa
conclusão, é o aparte que acaba de
oferecer ao Senado o senador Velas-
co.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Não nos identificamos, nós outros,
nacionalistas, com os comunistas rus-
sos. Somos água de outra pipa. Que-
remos o petróleo com os brasileiros e
para os brasileiros.

SR. ASSIS CHATEAUBRIAND
— Sr. Presidente, os brasileiros, seu
governo e sua imprensa, deveriam me-
ditar na bela campanha a que o "Cor-
reio da Manhã" e "O Globo" se lan-
çaram, examinando a intervenção
aberta do Partido Comunista na solu-
ção do problema do petróleo. Como
salvaguarda da soberania brasileira,
cumpre impedir que a política russa
do petróleo insista em levar a rebo-
que o Brasil, no plano anti-americano
da sua ação imperialista.

A série de apertes que tem silvado
de vários pontos, nesta Casa, não per-
mitiu que eu fixasse como pretendia
a situação do nosso governo em face
da Petrobrás. Esse cavalo de Troia
vermelho está dentro das nossas fron-
teiras. Chegou-se ao que desejavam
os russos: a elaborar-se aqui uma
empresa estatal, impotente para en-
contrar ou extrair o óleo, no Brasil. O
Estado aí se encontra, tendo tido, no
Ministério da Fazenda um anti-ame-
ricano (na frase da Sra. Cowles), que
se dispunha a encontrar 50 milhões de
dólares para fazer caminhar a autar-
quia nacional do petróleo.

Por que será então que a Petrobrás
não anda? Por que não se desdobram
as suas iniciativas pelo país afora?
Por que não se reveste a sua direção
da audácia, compatível com um pla-
no do orrojo que nela se concentra?

Quando os brasileiros vêm a Fran-
ça gastar 400 milhões de dólares, em
oito anos para suprir um terço das
suas necessidades — que esperança
nos resta senão a estandalização do
nosso infortúnio com o dela?

Aos taumaturgos indígenas eu lhes
pego que se inclinam, de ouvidos aten-
tos, à expediência que está tendo a
Austria, ocupada pelos russos da sim-
biose de uma nação, que em óleo em
seu subsolo, e que o explora à força
com o Estado soviético. Limite-me a
resumir um estudo de A. L. Fischer,
na "Contemporary Review", de outu-
bro findo.

"No Estado Federal da Baixa Aus-
tria, alcançando quase os limites do
21.º distrito de Viena, situam-se as
concessões petrolíferas soviéticas. Par-
cialmente elas são descritas como pro-
priedade "alemã ou germanizada".
Parcialmente são novas concessões. A
área em questão é tão grande que os
austriacos referem-se ironicamente ao
10.º Estado Federal "menos a lealdade".
A importância da Austria na
atual produção, petrolífera da Europa,
pode ser avaliada pelas declarações de
dois porta-vozes do governo, um deles
o ministro do Interior, Oskar Helmer.
Ambos compararam a produção petro-
lífera do seu país com a Rumânia.
Isto conduz a conclusões quase fantás-
ticas, uma vez que a produção petro-
lífera da Rumânia é avaliada em
6.000.000 de toneladas (124.000 b/d).
Embora não seja claro, onde a reali-
dade termina e a propaganda come-
ça, foi de repente anunciado que a
Austria também era capaz de produ-
zir 6.000.000 de toneladas. Números
exatos não são disponíveis e nenhu-
m resultado da produção é publicado pela
SMV (Administração Soviética de
Gleos Minerais), a qual está sozinha
no controle. Todos os seus emprega-
dos austriacos são instruídos para
manter completo silêncio. Os sovié-
ticos são muito rigorosos neste ponto.
Um grande número de austriacos, rap-
tados pelos russos, compunha-se de
pessoas que conheciam muito bem a
situação petrolífera e provavelmente
falaram mais do que os seus senho-
res desejavam. Mesmo velhos comu-
nistas não estão seguros de proces-
sos de espionagem neste campo. Tra-
balhadores de realidade bem comprova-
da são colocados nos posto-chave da
SMV, de maneira a que nenhum es-
tranho tenha ali acesso.

Quando outras indústrias controla-
das pelos russos foram obrigadas, por
falta de lucro, a dispensar grande nú-
mero de seus trabalhadores e razões de
propaganda tornaram impossível ex-
cluir os comunistas, alguns dos mais
leais membros do partido foram trans-
feridos para postos executivos da SMV.
Ao mesmo tempo, ali, a autoridade
suprema, obviamente permanece nas
mãos dos russos. As sóbrias estimati-
vas dos técnicos austriacos, relativa-
mente à produção do cru, esumeradas
em toneladas abaixo, falam mais elo-
quentemente do que os rumores:

| | |
|------|-----------|
| 1945 | 155.000 |
| 1946 | 845.000 |
| 1947 | 910.000 |
| 1948 | 950.000 |
| 1949 | 1.150.000 |
| 1950 | 1.700.000 |
| 1951 | 2.280.000 |
| 1952 | 2.800.000 |
| 1953 | 3.000.000 |

Os responsáveis pela decisão do
Potsdam, acerca do monopólio sovié-
tico do petróleo austriaco, deveriam
ter um conhecimento muito superfí-
cial da situação. Do ponto de vista
da moral internacional ele é inteira-
mente inadmissível. Até 1938, isto é,
até o fim da soberania austriaca, não
havia concessões petrolíferas alemãs
na Austria. A indústria estava aísda
na sua infância e produzia muito pou-
co. Depois de um certo número de
tentativas de perfuração mal sucedi-
das, um geólogo austriaco, o Sr. Karl
Friedl, finalmente encontrou o petró-
leo em diversos lugares e fundou a
primeira companhia de produção pe-
trolífera — da qual ele é ainda o di-
retor-gerente — no começo da década
dos 30, com capital austro-suíço numa
base de 50/50. Essa primeira compa-
nhia foi seguida pela RAKY — Da-
nubia Co. Ltd. Sem a inversão do
capital internacional, entretanto, não
havia possibilidade de expansão bem
sucedida. O equipamento elétrico, al-
tamente necessário, os instrumentos
sísmicos etc., custam somas enormes.
Por isso deram-se concessões à Socony

Vacuum, e, posteriormente a Shell as quais controlavam a maior parte das áreas produtoras do petróleo. Em 1932 a produção atingiu 120 toneladas, em 1933 já alcançava 36.365 toneladas.

Logo depois que Hitler conquistou a Austria, industriais alemães chegaram para adquirir concessões de petróleo. Estes estabeleceram indústrias em Neusiedel. Durante a guerra tornou-se a eteita uma política sistemática de germanização: A produção petrolífera aos alemães por ingleses e, inatamente, também dos americanos foi severamente limitada como "propriedade inimiga" e, sob certa pressão praticamente todas essas concessões foram transferidas a firmas alemães. Assim, todos os ativos alemães nesta esfera foram adquiridos por métodos compulsórios e as exigências russas, inatamente sancionadas também pelos aliados ocidentais, são desprovidas de qualquer fundamento moral.

Logo a supervisão inatigente e conscienciosa do prof. A. Apenz, a quem os austríacos devem muito, os campos de petróleo foram resguardados de qualquer perigo de uma exploração desordenada. Além disso, os campos petrolíferos da Austria não sofreram grandes prejuízos com as hostilidades, mas toda a produção foi considerada como presa de guerra pelos soviéticos, que desmantelaram oitenta por cento das instalações. Há uma certa ironia no fato de que parte do equipamento desmantelado foi reconstruído, quando os soviéticos tomaram os campos. As poucas firmas austríacas remanescentes formaram um sindicato e, posteriormente, uma associação. Esta admitiu também algumas firmas financiadas pelo capital estrangeiro, mas sujeitas a lei austríaca. A produção petrolífera na Austria Ocidental e sem importância. O nosso estudo precisa, portanto, ser limitado à zona oriental, onde todas as empresas neosoviéticas, as quais, de acordo com uma estimativa privada, compreendem apenas 1,6 do total, estão também sujeitas ao estrito controle da SMV, no que diz respeito às operações e métodos de produção. Entre as mais importantes firmas ocidentais estão a Anglo American Crude Oil Co. Ltd. e a firma britânica da R. K. Von Sicie. Também a Oil Production Company está sob o controle conjunto soviético e austríaco, os seus dois diretores, um russo e um austríaco, tendo nominalmente status igual.

Os soviéticos unham sugerido, ao começo, entregar toda a produção petrolífera em contrapartida a uma firma mista austro-soviética. Isto foi rejeitado, na época, pelo governo de Viena, uma vez que tanto a propriedade quanto a interpretação das decisões de Potsdam não estavam ainda bem claras. Os soviéticos de maneira não oficial têm feito referências repetidas a esta oferta original de sua parte, com a ideia que isto abrandaria o caminho para o Tratado com a Austria. A parte obgejos runcamentais, o governo de Viena sabe muito bem que as companhias mistas são um pesadelo para os Estados satélites. Por outro lado, as inversões societárias na indústria petrolífera são muito elevadas e a contribuição austríaca terá que alcançar números astronômicos. Além disso, se os austríacos fizessem sacrifícios financeiros, o mínimo que haveriam de querer em troca seria o máximo de soberania efetiva e não meramente formal.

No menos interessante é o fato da propriedade estrangeira não ser capaz de expansão, devendo presumivelmente exaurir-se em vinte anos, enquanto que os russos estão comprando constantemente terras, e estes novos campos de petróleo são os mais produtivos. A importância do bem conhecido centro petrolífero de Zistersdorf está agora grandemente diminuída, ao passo que novos poços altamente produtivos foram descobertos em Matzen e Aderklaar, próximos de Viena. Estes profetos do após-guerra naturalmente não envolveram ativos alemães ou germanizados; entretanto, os rus-

os exploraram também esta parte do seu império petrolífero por duas décadas e meia depois da partida das tropas de ocupação. De acordo com técnicos austríacos bem informados, os russos estão fazendo uma exploração racional nos campos. Todas as concessões não-soviéticas estão inteiramente sem influência do ponto de vista da política econômica, uma vez que os soviéticos mantêm um sindicato ativo, sem paralelo na Austria. Este sindicato abrange não somente as agências distribuidoras e intermediárias, bem como ele tem um monopólio completo dos preços, sob o controle irrestrito da SMV. Mesmo os postos de serviço de propriedade de companhias ocidentais — embora o motorista possa ser atraído por exemplo pelo emblema da Shell — não podem vender uma gota de petróleo não recebido da agência soviética de distribuição. Todo o petróleo é entregue à SMV, a qual por sua vez o redistribui para efeito de refinação. O preço fixado pelas autoridades é 346 shillings austríacos por tonelada (120 do preço alemão), mas mesmo este baixo preço é raramente pago em sua totalidade a firmas não-soviéticas. A SMV faz deduções para suas despesas de controle e também para ter as fábricas sob a supervisão dos chamados "Guardas do Trabalho" (Werkschutz), uma organização inteiramente comunista. Em outras palavras, os soviéticos fazem os outros pagarem as coisas que eles mais criticam.

Todos os obstáculos possíveis são postos no caminho das firmas não-soviéticas, as quais são assim impedidas de trabalhar em plena capacidade (88% em 1950, 68% em 1951, 30% em 1952). Na hipótese de não realização num prazo curto de um Tratado que possa trazer algumas modificações, estas empresas dificilmente escaparão de passar por grave crise econômica.

Entre as primeiras a serem afetadas estão as refinarias. As três maiores são solicitadas pelo ocidente. Os russos, por isso, construíram dois oleodutos diretos para a Checoslováquia, de maneira a expandir as refinarias ali, várias, aliás já estão sendo construídas. Segundo a sugestão do Conselho da Europa Oriental, cuja sede é em Katowice, o petróleo austríaco deve abastecer em primeiro lugar os países satélites altamente industrializados e desprovidos de recursos petrolíferos. A SMV recebe todo o petróleo refinado pela Austria, tornando a nacionalização do petróleo austríaco um simples farrapo de papel.

Relativamente à extensão das exportações da SMV e seus destinos no Oriente, e no Ocidente, apenas conclusuras são possíveis. De acordo com os círculos de Viena, os mercados orientais parecem estar abastecidos no momento de maneira que há um desejo de colocar o petróleo excedente no mundo ocidental. Israel e a República Federal Alemã suspeitam-se que gozará de um interesse especial dos soviéticos nesse particular. A teoria do abastecimento completo dos mercados orientais é robustecida pelo fato de que desde 1952 o Alto Comissário Soviético tem concedido em sua totalidade os custos mais altos solicitados pelo governo austríaco. A última cota anual atinge a 1 milhão de toneladas. Isso tornou a Austria independente de importações as quais estão sujeitas a taxas alfandegárias proibitivas. O mais barato petróleo do Oriente Médio fica a 100 shillings. Uma oferta do petróleo persa barato foi rejeitada há algum tempo pela Alta Comissão com o fundamento realmente curioso, da comunidade de interesses soviéticos e britânicos.

Aí está, Sr. Presidente, ligeiramente bosquejada, uma demonstração da tese russa do "petróleo é nosso". Na Austria, são os russos que exploraram o grosso do óleo austríaco, sem maiores cerimônias, e isto por eles, como entidades de ocupação, ou pelos

comunistas da República do Danubio que são seus escravos.

Madem, os moscovitas a capacidades de riqueza do Brasil pelas suas possibilidades de tirar petróleo. Ora sendo de toda a evidência o Brasil um dos campos naturais de expansão do capital americano, o qual deseja conosco cooperar, na exploração de óleo, os russos nada pedem melhor aos seus companheiros brasileiros do que barrar o caminho a esses capitais na esfera do petróleo. É um tenio lavrado.

Como?

Muito simplesmente intensificando, aqui dentro, a campanha nacionalista, num tipo de excitação nativista capaz de criar sólida barreira de desconfiança mútua entre os dois países. Essa a concepção que anima a propaganda soviética em nossa terra no caso do petróleo.

Que interesse tem o Brasil em se malquistar com os Estados Unidos, dos quais tanto aqui se depende, quer como único mercado de capitais, que ainda nos resta para expandir os serviços públicos de eletricidade e recuperação de estradas de ferro e os portos, quer como maior mercado de escoamento do café brasileiro? São os Estados Unidos o elemento capital e essencial da produção de café do Brasil. A quem aproveita o desentendimento aberto pela "fobia nacional", entre nós e a América do Norte? Para emitir um julgamento exato: a Rússia exclusivamente, a Rússia, e ao imperialismo eslavo, em suas renetidas ofensivas anti-americanas. E os brasileiros, pelo seu governo, pelos seus partidos políticos pelas elites do seu comércio exterior toleram a "chantagem" soviética no problema do petróleo, deixando por cima a nação cada vez mais distante da união econômica, cada dia mais indispensável entre ele e os Estados Unidos.

Nem estudantes, tal qual o faz a Venezuela, em larga escala, poderemos manter na América do Norte.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento do orador) — Todos nós temos um alto espírito americanista. Desejamos ver as Américas conjugadas fraternalmente, num esforço comum. Permita-me, porém, declarar que, tudo temos feito nesse sentido mas, nos Estados Unidos, nada se faz. V. Ex.^a deve saber, primeiro que a Venezuela, com seis milhões de habitantes, quando muito, não representa um apreciável mercado petrolífero para as companhias exportadoras norte-americanas. Lá, por conveniência da guerra talvez, foram descobertos grandes mananciais de petróleo, que estão sendo sugados sorridos pelas companhias norte-americanas. Os dólares que para lá vão, estão sendo encançados a milhares de estudantes que derramam esse excesso no comércio norte-americano. O Brasil está sendo sangrado atualmente, em trezentos milhões de dollars pela queda do preço do café. Não tem, portanto, dollars para mandar seus filhas estudar nos Estados Unidos. É muito diferente a situação. Dai eu dizer que a censura não cabe ao Brasil, que tem dado tudo à América do Norte, sangue e trabalho, recebendo daquele país, em troca, exploração e vergonha — vergonha quando se mandou penhora nosso ouro e, ainda, quando um ministro caduco o mandou entregar, sob pena de não se contemporizar com um empréstimo a este país, que tem dado o máximo de esforço e cooperação aos Estados Unidos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, ouvimos a voz do vibrante sino-nacionalista, que toca veemente... (Riso)

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É preciso que apareçam alguns tupiniquins e potiguares, do mesmo

modo que preclaros caetés, como o nobre colega.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Em muita coisa, não. Mas em parte V. Ex.^a tem razão. Nos aliados americanos poderiam esquecer os golpes de tupiniquins como V. Ex.^a, ter feito muito mais pelo Brasil, depois de 45. Já, porém, uma coisa pior do que eles pouca coisa fazem por nós, seria vê-los surtando de quadro político e econômico do Brasil. Isto, sim, e que fora colossoso. Porque mal com eles, por sou eles. Ai, sim, e que não tenhamos como colver quase nada de nossa existência de nação pouco desenvolvida, porque de economia colonial e pobre. Reflita a Casa neste ponto, emba reconhecendo vinte por cento de razão a queixa dos tupiniquins. Ultimamente, no caso do empréstimo de 200 milhões, foi mais estúpida do que cruel a exigência do empenho do ouro.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Já é uma grande concessão, que me honra desmesadamente! Estamos com todas de urucum; vamos para a guerra!

O Sr. Bernardes Filho — A bem da verdade, é preciso que se esclareça: não houve propriamente uma garantia no sentido da disposição do ouro para o "negative pledge" que se fez.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Os americanos def ato denominam a operação desse gênero um compromisso tomado apenas para não dispôr do metal, enquanto não tiver paga a operação que ele deve garantir, sem entrega sua, ainda que simbólica, ao credor.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Por eufemismo, inexplicável.

O Sr. Bernardes Filho — Houve o compromisso de não vender o ouro, enquanto não pagar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De não vender, de não apenas ou não o dar em garantia a outrem, enquanto não pago o empréstimo, que ele, no fundo, afiança.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre Senador Alfredo Simen apelidou a transação do "gudenismo".

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sou o primeiro a reconhecer as dificuldades em que se deveria ter deitado o ministro da Fazenda para negociar com banqueiros, que nos encontram na maior penuria, e insistindo em manter teses nacionalistas, a custa de recursos de que não dispomos. Somos pobres ridículos. Não temos substância para sustentar as tumaças de povo independente em que aqui tanto nos desmandamos.

Nos últimos tempos, desde que as vendas de café entraram a cair, temos sofrido duras provações. Pensa-se aqui que estamos num país, do qual somos senhores, com a liberdade plena de fazermos o que quisermos dentro das nossas fronteiras. Sobrevenha, porém, amanhã, uma guerra na Europa. Ficaremos automaticamente tolhidos de receber crus e refinados. Que independência será esta, da qual nos ufanamos, que uma guerra do outro lado do Atlântico terá o poder de impedir que o país marche, porque todos os seus transportes, movidos a gasolina e óleo, terão que ser suspensos?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a, agora, está dissertando em tese.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não senhor; estou discutindo apenas com fatos. A guerra declarada, Estados Unidos e Inglaterra não poderão fornecer-nos uma gota de petróleo nem de gasolina.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A propósito do assunto da Petrobrás,

trazido por V. Ex.^a ao plenário, de-
sejo frisar que os Estados Unidos e
a Rússia têm seus objetivos. Cada
qual procura tomar conta do mu-
do comercial e político avançando neste
ou naquele setor. Não é esta, porém,
a questão que interessa profunda-
mente ao Brasil. O que nos interessa
é ressaltar a soberania e incentivar o
desenvolvimento econômico de nossa
Pátria.

O SR. PRESIDENTE (*Fazendo soar
os timpanos*) — Peço licença para
lembrar ao nobre orador que faltam
apenas três minutos para o término
da prorrogação da hora do expedien-
te.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — En-
certo o meu aparte como homenagem
ao nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Um fotógrafo brasileiro viu um disco
voador, há perto de um ano. Se se
repetir a oportunidade, pedirei que
o seu comandante leve o nobre Sena-
dor Kerginaldo Cavalcanti a uma via-
gem interplanetária... (*Riso.*) Vol-
taria, desta vez, mais arejado, já que
da Europa não regressou, como es-
perávamos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
V. Ex.^a muito me honraria se me
acompanhasse nessa viagem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Como não! Estou certo que, juntos,
iremos em busca de novos mundos de-
moníacos, livres. Jupiter, Marte,
Urano, Netuno...

Sr. Presidente, uma palavra final
para concluir. O Sr. Café Filho, em
declaração feita há pouco...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Um
belo discurso.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
... como Presidente, contestou as pa-
lavras do Vice-Presidente. Ele fora
deveras preciso em sua opinião, na
Associação Comercial do Rio. Acaba,
entretanto, de declarar que as idéias
do Vice-Presidente não são endossa-
das pelo Presidente.

O Sr. Bernardes Filho — V. Ex.^a
d licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Como não?

O Sr. Bernardes Filho — Estou de
acôrd com o Sr. Presidente da
República. Todos sabem que o Se-
nhor Getúlio Vargas era homem de
feito nazi-fascista; todos conheceram
suas tendências germanófilas de ou-
tros tempos. Qualquer de nós pode,
como cidadão, ter seus pontos-de-vis-
ta; porém investido na função pú-
blica, no exercício da Presidência da
República, acredito que qualquer ci-
dadão tenha o dever de substituir
uma opinião pessoal pelo que ele
considera o interesse nacional.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Sr. Presidente, neste caso, o Presi-
dente Café Filho, quando levantou
aquela bandeira que empunhamos, fe-
z o título provisório, só enquanto era
Vice-Presidente. O Chefe do Estado
tem neste caso, para ele, o dever de
ser tупiniquim.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Na-
quele disco voador, embarcaremos eu,
V. Ex.^a, o Presidente Café Filho e o
Senador Bernardes Filho.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND —
Sr. Presidente, a impressão que co-
lhi, lendo, à beira do nosso sinuoso
Mori-Guaçu, no fundo de uma fa-
zenda que possui em São Paulo, as
palavras do Presidente da República
foi a de que aquele tonto Presidente
do Senado, que se batia pela iber-
dade da iniciativa na questão do pe-
tróleo, não passava, aos olhos dele
mesmo, de outro tanto, tanto assim
que o Sr. Café Filho, Presidente da
República, vindo ao poder, se apres-
sa em retificar os pontos-de-vis-
ta in-

telizes do Vice-Presidente, sobre do
exploração do óleo.

Sr. Presidente, considere-me ins-
crito para, amanhã, defender a vida
pregressa do "criminoso". (*Muito
bem! Muito bem! Palmas. O orador
é cumprimentado.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR EUCLYDES VIEIRA
NA SESSÃO DE 31 DE JANEIRO
DE 1954:

O SR. EUCLYDES VIEIRA:

Sr. Presidente, o tempo não me
permite dizer mais de duas palavras
de agradecimento aos meus nobres
colegas que aqui tão brilhantemente
representam o Brasil.

Quando, em 1947, fui eleito repre-
sentante de São Paulo, em um pleito
a que concorriam sete grandes pauli-
stas, homens de grandes serviços
prestados a nossa Pátria e ao meu
Estado, senti o peso da responsabili-
dade. Chegando ao Senado, contando
o meu Partido com apenas dois re-
presentantes — o nobre Senador
Olavo Oliveira, que lamento não es-
teja presente e eu — senti que São
Paulo estava defendido pelo re-
presentantes do Brasil. Pouco depois
teve o meu Estado um dos proble-
mas mais sérios por resolver. Quando
se pretendia intervir no Estado, vi o
Brasil voltado para meu Estado. Os
representantes do Brasil ao lado do
Governo estadual, contra qualquer
possibilidade de desrespeito à sua au-
tonomia.

C Sr. César Vergueiro — V. Ex.^a
honrou o mandato e São Paulo muito
lhe deve.

O SR. EUCLYDES VIEIRA —
Muito grato ao prezado colega.

Sr. Presidente, senti que minha ta-
refa, com a grande responsabilidade
que trazia do meu Estado, seria faci-
litada, porque aqui encontraria ami-
gos, imbuídos do verdadeiro espírito
público.

Sr. Presidente, é com emoção que
me dirijo aos meus prezados colegas,
com eterna gratidão pela amizade,
pelo aprêço e pela consideração que
dispensaram ao modesto representa-
nte de São Paulo.

Posos afirmar, que no desempenho
de meu mandato sempre manifestei
espírito público, sempre defendi os in-
teresses legítimos do nosso País. Sin-
to-me feliz e agradeço aos eleitores
bandeirantes que me conduziram ao
Senado em 1947 e que ainda agora
em 3 de Outubro me deram grande
votação, ultrapassando em mais de
240 mil votos o resultado anterior.
Significa que o povo paulista reco-
nheceu que não desmereci do conceito
com que mandou para cá.

Sr. Presidente, não me posso alongar
porque o tempo já está pratica-
mente terminado.

A todos os meus colegas o meu abra-
ço cordial de agradecimento por todo
aprêço com que me distinguiram ge-
nerosamente.

A Mesa Diretora, que tão brilhan-
tamente vem dirigindo o Senado, e
permita-me Sr. Presidente, desta que
V. Ex.^a (*Palmas*) que honra, realmen-
te, a nossa bancada, como no passado
outros souberam honrar São Paulo —
os meus agradecimentos. Também os
estendo aos funcionários de Casa e,
muito especialmente, à Bancada da
Imprensa, sempre amiga e disposta a
transmitir bem os nossos pensamen-
tos, a fim de que fora desta Casa
pudéssemos ser perfeitamente com-
preendidos. A todos, um abraço cor-
dial e o meu aperto de mão. (*Muito
bem, muito bem! Palmas. O Orador
é cumprimentado.*)

SENADO FEDERAL

Comissão de Promoções

As 16 horas do dia 14 do mês de
fevereiro, realizar-se-á na Sala das
Sessões, a eleição, pelos funcionários
do Senado Federal, de dois membros
para comporem, com o representante
da Comissão Diretora, a Comissão de
Promoções de que trata o art. 158,
do Regulamento da Secretaria.

São eleitores todos os funcionários
do Senado, seja qual for a sua cate-
goria.

De acôrd com o Regulamento e
nos termos das deliberações da Co-
missão Diretora, podem ser eleitos,
respeitados os impedimentos pre-
vistas no parágrafo único do citado ar-
tigo 158, os seguintes funcionários:

- O Diretor Geral da Secretaria;
- O Secretário Geral da Presi-
dência;
- Os Vice Diretores;
- Os Diretores de Serviço;
- Os Assessores Técnicos de Orça-
mento;
- Os Redatores de Anais e Do-
cumentos Parlamentares;
- Os Taquígrafos Revisores;
- Os Redatores Revisores;
- Os Taquígrafos, classe "O";
- Os Oficiais Legislativos, classe
"O";
- O Chefe da Portaria.

O eleitor votará com duas cédulas
uninomiais, impressas ou datilografadas,
sem sinais que permitam a iden-
tificação do votante, colocadas numa
só sobrecarta.

A Mesa será presidida pelo repre-
sentante da Comissão Diretora, secre-
tariado por dois funcionários por êle
convitados.

Feita a chamada do eleitor, será
por êle aposta sua assinatura em uma
lista e em seguida depositada na ur-
na a sobrecarta contendo o seu voto.

Senado Federal, em 3 de fevereiro
de 1955. — Senador Gomes de Oli-
veira, Presidente da Comissão de
Promoções.

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

*Reproduz-se por ter sido publi-
cado com incorreções.*

A Comissão Diretora, em reunião
de 31 de janeiro último resolveu pro-
mover:

A classe "L" de Ajudante de Porteiro
— por merecimento, José Celestino
Pessoa;

— por antiguidade, Gonçalo de Fa-
rias Oliveira.

A classe "K" de Auxiliar de Portaria

— por merecimento, Carlos Braga;
— por antiguidade, Djalma Maga-
no;

— por merecimento, José de Frei-
tas;

— por antiguidade, Alcides de Oli-
veira;

— por merecimento, Murilo Edson
Coelho de Souza;

— por antiguidade, Antônio da
Costa Bernardes;

— por merecimento, Deusdedit de
Araújo Silva;

— por antiguidade, Pedro Rodrí-
gues de Souza;

— por merecimento, Roldão Pi-
mentel Simas.

A classe "J" de Auxiliar de Portaria
— por antiguidade, Geraldo Gomes
da Silva;

— por merecimento, Virgílio José
da Rocha;

— por antiguidade, João Luiz da
Rocha;

— por merecimento, Manoel José
dos Santos;

— por antiguidade, Sílvio Manoel
de Moraes;

— por merecimento, Osvaldo Sam-
palo;

— por antiguidade, Mário Martins
Neto;

— por merecimento, Mercúlio de
Souza;

— por antiguidade, Altamiro Cruz;

— por merecimento, Arnaldo Gou-
vêa Castelo Branco;

— por antiguidade, Paulo da Silva
Carneiro;

— por merecimento, Antônio Luiz
da Rocha;

— por antiguidade, José Manoel
Gomes;

— por merecimento, Joaquim Luiz
da Rocha;

— por antiguidade, José Sales de
Oliveira;

— por merecimento, Hermes Peça-
nha Gomes;

— por antiguidade, Mário Mendes
da Silva;

— por merecimento, Felipe Barou-
de;

— por antiguidade, Marciano José
da Silva;

— por merecimento, José Honorato
dos Santos;

— por antiguidade, Orlando Ayres.
A classe "I" de Auxiliar de Portaria

— por antiguidade, Jayme Corrêa
de Sá;

— por merecimento, Pedro Leão
Gonella;

— por antiguidade, Sebastião Mi-
guel da Silva;

— por merecimento, Ary Feliciano
de Araújo;

— por antiguidade, Decleciano de
Araújo Silva;

— por merecimento, José Jurandyr
de Vasconcelos;

— por antiguidade, Cláudio dos
Santos;

— por merecimento, Paulo Costa
de Oliveira;

— por antiguidade, Aristoteles Pe-
reira Madruga;

— por merecimento, Lázaro de Frei-
tas;

— por antiguidade, Alcebiades Fer-
reira;

— por merecimento, Arlindo Gomes
da Silva;

— por antiguidade, Jorge Antunes;

— por merecimento, Antônio Me-
nezes de Nascimento;

— por antiguidade, Manoel Ribeiro
de Marins;

— por merecimento, Duvalino de
Cosa;

— por antiguidade, Francisco Oví-
dio Gomes;

— por merecimento, Arnaldo de
Siques;

— por antiguidade, Victor Lobo.

ATOS DO DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 6 DE 3 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve suspender por dois (2) dias, o Auxiliar de Portaria, "I" Aristóteles Pereira Madruga, por se ter negado a cumprir uma ordem de seu Chefe, conforme consta da representação do Sr. Administrador do Edifício.

Em 3 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 7 DE 3 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Ana Au-

gusta Dias da Cunha Amazonas, da Diretoria de Expediente, Seção do Protocolo, para o Gabinete do Senhor Vice-Presidente do Senado.

Em 3 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 8 DE 7 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "O", Dulce Barbosa da Cruz, da Diretoria de Ata, Seção de Sinopse para a Diretoria do Expediente.

Em 7 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 9 DE 7 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "N", Italina Cruz Alves, da Diretoria do Expediente para o Gabinete do Sr. 1.º Secretário.

Em 7 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 10 DE 7 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve pôr à disposição do Sr. 2.º Secretário, Senador Freitas Cavalcanti, o Oficial Legislativo, classe "J", Agostinho Rêgo de Miranda.

Em 7 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 11 DE 7 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Ata do Conselho de Saúde Pública de 2 de Janeiro último, resolve exonerar, a pedido, o Oficial Legislativo, classe "N", Aurea de Barros Rêgo, da função de Secretário daquela Comissão.

Em 7 de fevereiro de 1955. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 12 DE 8 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Oronegus Gonçalves Leite, da Diretoria da Biblioteca para o Gabinete da Vice-Presidência.